

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

JHENNIFER LAUANNE TAVARES DA CRUZ SILVA

O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO EM RIO BRANCO-AC

Uma análise sobre a organização das disciplinas de Teorias Organizacionais

**Porto Alegre
2018**

JHENNIFER LAUANNE TAVARES DA CRUZ SILVA

O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO EM RIO BRANCO-AC

Uma análise sobre a organização das disciplinas de Teorias Organizacionais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS) do Mestrado Interinstitucional- MINTER com a Universidade Federal do Acre – UFAC como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Estudos Organizacionais

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosimeri Carvalho da Silva

**Porto Alegre
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Jhennifer Lauanne Tavares da Cruz

O ensino superior de Administração em Rio Branco -
AC: Uma análise sobre a organização das disciplinas
de Teorias Organizacionais / Jhennifer Lauanne
Tavares da Cruz Silva. -- 2018.

84 f.

Orientadora: Rosimeri Carvalho da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2018.

1. Ensino de Administração. 2. Gerencialismo. 3.
Teoria Crítica. 4. Teorias Organizacionais. I. Silva,
Rosimeri Carvalho da, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

À minha família pelo apoio na minha educação, em especial, ao meu esposo pelo amor e compreensão e ao meu filho pela inspiração.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que eu sei e sinto que existe. Por ele me permitir realizar um sonho, e principalmente por ter criado todas as oportunidades e me mantido firme em todo o percurso e fazendo as coisas acontecerem quando eu não mais podia fazer.

Agradecer ao meu esposo, filho, meus pais e minha irmã; que me apoiaram na decisão de seguir em frente e nunca desistir, mesmo tendo que ficar longe literalmente ou ficar longe estando perto, tendo que se ausentar de reuniões de família, aniversários, festas e passeios.

Ao meu esposo em especial, Emanuel Pasqual Cruz da Silva, que várias e várias vezes me fez voltar a realidade e repetia sempre a mesma frase: “não desista, você não pode desistir, porque você vai conseguir!”.

Agradecer com certeza as amigadas maravilhosas que fiz ao longo deste caminho, Danielle, Elizabeth, Gisélia e Karytha. Como foi bom passar por essa experiência com vocês, com certeza o caminho não teria sido o mesmo se vocês não estivessem lá!

E claro não poderia deixar de agradecer ao professor Josimar Ferreira que fez tudo que estava ao seu alcance para que esse projeto do Minter UFAC/UFRGS fosse realidade, e que quando isso aconteceu continuou nos apoiando em todas as circunstâncias e em muitos momentos pude sentir a ternura e o carinho para com a nossa turma.

EPIGRAFE

Quem ainda tem uma alma hoje? Premidos pelo stress, impacientes para ganhar e gastar, para fruir e morrer, os homens e as mulheres de hoje fazem a economia dessa representação de sua experiência daquilo que chamamos de vida psíquica. Não se tem nem tempo nem espaço para fazer uma alma para si. Voltado para o próprio umbigo sobre o seu quanto-a-si-mesmo, o homem moderno é um narcisista, talvez sofredor, mas sem remorsos.

Julia Kristeva

RESUMO

O trabalho tem como objetivo compreender como estão organizadas as disciplinas de Teorias Organizacionais (T.O.) nos cursos de graduação em Administração das faculdades particulares em Rio Branco-AC, com o intuito de averiguar a tendência e correntes teóricas utilizadas nesse ensino. Para tal, se realizou uma pesquisa qualitativa, com recursos da pesquisa documental em três faculdades de graduação em Administração, por meio de 24 entrevistas semiestruturadas com coordenadores, docentes e discentes, que ministram e cursam, respectivamente, disciplinas relacionadas ao ensino de Teorias Organizacionais, de análise de documentos das instituições como projeto pedagógico do curso e planos de ensino. Para a interpretação dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que foi dividida por temas como: alunos (motivação para escolha do curso de administração; percepção da Administração; percepção da disciplina de Teorias Organizacionais; expectativas em relação à profissão de administrador), professores e coordenadores (trajetória acadêmica; trajetória profissional; percepção da Administração; percepção da disciplina de Teorias Organizacionais; metodologia de ensino). Verificou-se a predominância da abordagem gerencialista no ensino de Teorias Organizacionais, se constituindo em um eixo estruturador do currículo do curso de Administração das faculdades estudadas, sendo ensinado de maneira reprodutiva e não crítica. Os conteúdos selecionados para o ensino de teorias organizacionais são relacionados como sendo técnicas de gestão, as literaturas utilizadas conduzem a esse viés e a formação dos docentes segue os parâmetros do gerencialismo. Além disso, os docentes e coordenadores seguem reproduzindo a lógica gerencialista, adotando algumas metodologias de ensino como: visitas técnicas em empresas da região, feiras de negócios, processos de *Coaching*, entre outros. Nesse sentido concluiu-se que, o curso de Administração das faculdades pesquisadas persegue uma lógica gerencial em toda sua estrutura e organização, tendo como ênfase a gestão e reforçando o ensino de Administração desconectado da reflexão crítica.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how the Organizational Theories (T.O.) subjects are organized in undergraduate courses in Administration of private colleges in Rio Branco-AC, in order to ascertain the trend and the theoretical currents used in this teaching. For that, a qualitative research was carried out, with documentary research resources in three undergraduate faculties in Administration, through 24 semistructured interviews with coordinators, teachers and students, who teach and teach, respectively, subjects related to the teaching of Organizational Theories, of analysis of documents of the institutions as pedagogical project of the course and teaching plans. For the interpretation of the data, the content analysis technique was used, which was divided by themes such as: students (motivation to choose the course of administration, perception of the Administration, perception of the discipline of Organizational Theories, expectations regarding the profession of administrator), teachers and coordinators (academic trajectory, professional trajectory, perception of the Administration, perception of the discipline of Organizational Theories, teaching methodology). It was verified the predominance of the managerial approach in the teaching of Organizational Theories, constituting a structuring axis of the curriculum of the Administration course of the studied faculties, being taught in a reproductive and non-critical way. The contents selected for the teaching of organizational theories are related as management techniques, the literature used leads to this bias and the teacher training follows the parameters of managerialism. In addition, teachers and coordinators continue to reproduce the managerial logic, adopting some teaching methodologies such as: technical visits in companies in the region, business fairs, Coaching processes, among others. In this sense, it was concluded that the Administration course of the researched faculties pursues a management logic in all its structure and organization, with emphasis on management and reinforcing the teaching of Administration disconnected from critical reflection.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Número de cursos segundo as décadas de 60, 70, 80, 90, 2000 e 2010.....	29
Tabela 2 - Narrativas Analíticas em Análise Organizacional.....	36
Quadro 1 - Síntese das Teorias Gerencial e Crítica.....	51
Tabela 3 - Qualificação Docente dos Cursos de Administração das Faculdades Pesquisadas.....	57
Quadro 2 - Distribuição de disciplinas dos cursos de Administração.....	57
Quadro 3 - Bibliografia Básica da disciplina de Teoria Geral da Administração.....	59
Quadro 4 - Bibliografia Complementar da disciplina de Teoria Geral da Administração.....	59
Figura 1 - Material Pronto de Administração disponível na internet.....	61
Quadro 5 - Conteúdo Programático da disciplina de Teoria Geral da Administração...62	

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO	15
2.1	O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL – TRAJETÓRIA	21
2.2	O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO EM RIO BRANCO-ACRE.....	32
3	O ENSINO DE TEORIAS ORGANIZACIONAIS	35
3.1	ABORDAGEM GERENCIALISTA.....	36
3.2	REFLEXÃO CRÍTICA NO ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO	41
3.3	SÍNTESE	49
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
5.1	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS FACULDADES, ESTRUTURA CURRICULAR E PLANOS DE ENSINO.....	54
5.2	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	62
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE DOCENTES E COORDENADORES	80
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE ALUNOS	82

1INTRODUÇÃO

Conforme análise dos números divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP, o ingresso de alunos no curso de Administração vem mantendo os índices de crescimento nos últimos dez anos no país. Com o crescimento do número de matrículas, o INEP constatou que 88% delas foram efetuadas nas redes privadas de ensino, enquanto que apenas 12% na rede pública (INEP, 2016).

O último Censo da Educação Superior 2016, divulgado pelo INEP mostra que de um total de 8.048.701 matrículas nos cursos de ensino superior, realizadas neste ano em todo o Brasil, 710.984 (8,8%) foram efetivadas nos cursos de administração, tanto em universidades públicas quanto privadas. Esse percentual fica em segundo lugar apenas em comparação com o curso de Direito com um total de 862.324 (10,7%) de matrículas efetivadas. Nos cursos de Administração, o total de matrículas na rede pública foi de 85.685, enquanto que na rede privada 625.299.

Os dados acima expostos suscitam questões referentes não só ao crescimento do curso de administração, em relação à quantidade de matrículas, mas principalmente na quantidade de matrículas efetuadas na rede privada, ou seja, ficando explícito que a oferta do curso se tornou uma grande oportunidade de negócio para a iniciativa privada.

Diante desse cenário, surgiram algumas questões importantes para uma reflexão de como procede o ensino de Administração nessas instituições privadas de ensino superior, são elas: Qual enfoque as faculdades particulares dão para a administração enquanto ciência? Qual perfil profissional o curso de Administração está formando? Como está organizado o currículo do curso de Administração? No plano de ensino predominam quais correntes? As Teorias Organizacionais são apresentadas de que maneira?

Essas indagações são importantes para se refletir acerca dessa temática e estão envolvidas na pesquisa realizada, que trata de um estudo sobre como está organizado o ensino das teorias organizacionais na atualidade, partindo do pressuposto de que o ensino das teorias organizacionais é essencial na graduação em Administração, pois, além de apresentarem uma base filosófica aos ingressantes desse curso, também podem expressar aspectos ideológicos e evidenciar discussões estreitadas a determinadas correntes como: gerencialista ou crítica.

A teoria gerencialista advém do termo gerencialismo. Segundo Newman e Clarke (2012), o gerencialismo é um conceito que se utiliza para se pensar sobre os projetos de reforma do estado nos últimos quarenta anos, onde o mesmo passou a ser adotado como uma

forma de gestão, que ao ser utilizado inicialmente na administração pública, emerge com fins de controle voltado para resultados, adotando ferramentas da administração empresarial e colocado em prática em qualquer organização.

Ainda neste contexto, Paula (2006) defende que a cultura do gerencialismo pode ser definida como um conjunto de pressupostos compartilhados pelas organizações, e que de acordo com as discussões de Bendix (1956), Deeks (1993), Pollitt (1990), Gay (1991) e Harvey (1996 [1989]) sobre a ideologia gerencialista, pode-se afirmar que esses pressupostos se baseiam em: 1) a crença numa sociedade de mercado livre; 2) a visão do indivíduo como auto empreendedor; 3) o culto da excelência como forma de aperfeiçoamento individual e coletivo; 4) o culto de símbolos e figuras emblemáticas, com “palavras de efeito” (inovação, sucesso, excelência) e “agentes heróis” e; 5) a crença em tecnologias gerenciais que permitem racionalizar as atividades organizadas grupais.

A Teoria Crítica, segundo Drago (1992), como pensamento social é baseada na obra de Karl Marx sendo considerada como ideológica por ser humanista, ou seja, tinha como horizonte a essência do homem, o fim da exploração e a superação da alienação. Ainda segundo Drago, a Teoria Crítica, segundo Marcuse, foca a atenção sobre a questão da alienação do ser humano na sociedade industrial, ou seja, a sociedade moderna. Tal alienação é provocada pela tecnologia, ciência e lógica.

Ainda sobre a Teoria Crítica, Netto et al. (2016), a expressão teve seu surgimento no ano de 1937, sendo resultado do ensaio de Horkheimer e Adorno, que tinha como título Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Ainda segundo o autor a base do pensamento da Teoria Crítica se baseia na crença de que o “capitalismo não consegue colocar os direitos humanos acima do mercado, ou fazer do mercado instrumento dos direitos humanos; sua tendência é inverter esta relação de meio e fim” (DEMO, 2011 *apud* NETTO et al., 2016 p. 284).

De acordo com Faria (2007) *apud* Webering (2010), a teoria crítica possui características que a norteiam e que fundamentam sua análise, são elas:

- a) contradições: os fatos se alteram, a sociedade contesta a realidade com base nas condições materiais e suas experiências;
- b) ideologia dominante: a maneira que a realidade se retrata impede a sociedade de ter consciência da sua história;
- c) racionalidades dominantes: são capazes de explicar o que não pode ser explicado, fomentando práticas opressivas;
- d) contexto social e histórico: não é possível compreender um fato social sem antes saber analisar a história por trás desse fato;

e) emancipação: buscar dar autonomia à sociedade e para tanto precisa oferecer o esclarecimento necessário e;

f) conscientização individual e coletiva: o limite para compreender a realidade é a sociedade não conhecer a si própria.

Vê-se então que ambas correntes, a crítica e a gerencialista possuem fundamentos e epistemologias distintas.

Neste sentido, necessita-se de pesquisas que tragam à tona a temática do “Ensino na Graduação em Administração” investigando como está organizado o ensino de teorias organizacionais no Brasil. Considerando que realizar um estudo que abranja todo o país é muito oneroso e que também exigiria um longo tempo de pesquisa, delimitou-se o estudo à cidade de Rio Branco no estado do Acre. Contudo, essa pesquisa poderá ser expandida à região Norte do Brasil, em estudo posterior. Ressalta-se que no estado do Acre não existem pesquisas voltadas a essa temática. Tal constatação deu-se após serem realizadas consultas nas bases de dados sobre pesquisas acadêmicas em que identificou-se a inexistência de trabalhos acerca de estudos sobre o ensino de administração em Rio Branco-AC. Também se traz à luz, a importância da área de Teorias Organizacionais ao reforçar que a partir dela é possível não apenas conhecer a história do pensamento administrativo, mas também, evidenciar concepções predominantes que conduzem o ensino em Administração de acordo com os interesses capitalistas: o gerencialismo.

A literatura sobre ensino superior tem evidenciado um processo importante de mercantilização do ensino, que se materializa na privatização, com tendência à formação mais técnica. Quando se examina o panorama do ensino de administração no Brasil e no mundo notam-se algumas tendências semelhantes no que se refere à “mercantilização do ensino”. No Acre, algumas evidências apontam que essa tendência também está presente.

Antonello e Closs (2010) apresentam uma discussão que aponta a preferência, de grande parte das universidades, por um modelo de ensino preocupado apenas com a preparação técnica (para o mercado) em detrimento da educação superior preocupada com a formação crítica e geral, em termos políticos, humanísticos e éticos. Essas discussões denunciam que “as instituições de ensino, sobretudo as voltadas à educação em Administração, tendem a reproduzir o modelo mecanicista das organizações do mundo industrializado e demonstram limitações para tratar dos desafios atuais” (AXLEY; MCMAHON, 2006; NICOLINI, 2003 *apud* ANTONELLO E CLOSS 2010). Essa pesquisa pretende problematizar esse debate.

Isto posto, a questão de pesquisa que se pretende averiguar é: **como se organizam as disciplinas de Teorias Organizacionais nos cursos de Administração das faculdades de Rio Branco-AC?**

As diretrizes curriculares básicas recomendadas pelo Ministério da Educação para os cursos de graduação em Administração apontam que o processo pedagógico deve garantir que o futuro administrador, tenha, além de habilidades técnicas, uma formação humanística, pois ele deve estar apto a tomar decisões compreendendo o meio no qual está inserido. O administrador deve ser capaz de analisar as organizações e antever mudanças. Valores como responsabilidade social, justiça e ética profissional também são relevantes.

Além disso, o administrador deve ter consciência da grande influência de suas decisões sobre as esferas sociais, política, econômica e ecológica. Tal perfil demanda uma sólida formação teórico-analítica e crítica, que se traduz na necessidade de ter instituições de ensino que privilegiem a pesquisa e que orientem o processo de aprendizado para o desenvolvimento da cidadania.

Ainda neste sentido Aktouf (2005) afirma que “Os conteúdos do ensino de administração implicam na problemática dos fins da administração, de sua dimensão ideológica e, mesmo, de sua definição” (AKTOUF, 2005 p. 151). Porém, o debate de grande parte da teoria organizacional, a qual busca desenvolver conhecimentos sobre as práticas de gestão, as ideias que as fundamentam e suas consequências, estão fundamentalmente centradas em diferentes modelos de “como organizar organizações formais de forma mais eficiente e eficaz”.

Tragtenberg (1979) *apud* Paes de Paula e Rodrigues (2006) afirmava, há mais de três décadas, que no Brasil o tecnicismo estava superando o humanismo e as universidades corriam o risco de se transformarem em “multiversidades”, ou “multinacionais” da educação, que ao “mercadorizarem” o ensino se afastariam de seu papel social.

Assim, importa saber com referência às disciplinas de teorias organizacionais, como elas estão organizadas, para se identificar através de sua estrutura de ensino, que correntes teóricas predominam em suas abordagens. Ainda neste sentido, o processo pedagógico do curso se torna responsável pela formação do administrador e suas habilidades, pois segundo Mardsen e Townley (2001) a teoria organizacional é importante não só porque reflete a prática organizacional, mas também porque ajuda a constituir essa prática (MARDSEN; TOWNLEY, 2001, p. 32).

A qualidade formal, exacerbadamente disseminada no ensino de administração, na maioria das universidades públicas e privadas do Brasil, diz respeito aos instrumentos e

métodos da carreira profissional ou acadêmica, que se referem à execução de técnicas e utilização de tecnologias para alcançar os objetivos práticos do exercício da atividade profissional, diz-se puramente instrumental e quantitativa (SILVA et al., 2013).

Ao iniciar os estudos no mestrado acadêmico em administração, na linha de pesquisa de estudos organizacionais, tive um encontro com autores, dos quais não tive conhecimento durante minha formação na graduação em administração, cursada em uma universidade privada. Esse encontro, com uma nova abordagem, para mim até então desconhecida, me levou a refletir sobre questões jamais pensadas antes no que diz respeito ao modelo de ensino de administração que majoritariamente vigora em nosso país, em que o discurso que impera é o da máxima eficiência. Assim, diante dessa descoberta, se torna cada vez mais forte para mim, a necessidade de compreender como esse fenômeno do gerencialismo está presente na formação do administrador através do processo pedagógico do curso de administração, sabendo que o mesmo vai contra todos os princípios básicos humanísticos necessários para a formação e posterior atuação do profissional de administração em nossa sociedade.

Daí então, analisar como o ensino de administração está organizado nas universidades de Rio Branco-AC a partir de suas estruturas curriculares e planos de ensino se faz necessário para identificar e comparar se estas estruturas estão de acordo somente com o currículo mínimo, ou, se utilizam de diversificação nas grades das disciplinas ofertadas. Além disso, também é relevante saber se os modelos de ensino de administração nessas instituições se fundamentam em modelos estrangeiros ou se assumem uma identidade própria, pautada nas necessidades específicas de cada região.

Deve-se levar em consideração que a realidade profissional de um administrador está permeada também de questões de ordem social e não exclusivamente de questões formais e técnicas. Daí pode se ressaltar a importância de se promover a mudança nas grades curriculares dos cursos de administração, como também nas ementas utilizadas nos cursos que tenham interdisciplinaridade com a Administração.

A análise aqui proposta pode contribuir não só com a reflexão acerca da organização dos estudos organizacionais nas faculdades analisadas, mas também com a mudança nessa organização, pois o ensino de Administração nas faculdades de Rio Branco-Acre está em desenvolvimento. Os cursos possuem poucos anos de implantação, podendo suscitar reflexões críticas voltadas para a educação de profissionais para administrar organizações não apenas voltada ao mercado. Isso equivale ao enfrentamento dos desafios inerentes a busca de novos modelos e processos de ensino que provoquem a transformação do pensamento e

possibilitem, concomitantemente, o tratamento das dimensões econômicas, éticas, políticas, sociais e ambientais.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como estão organizadas as disciplinas de Teorias Organizacionais dos cursos de Administração das universidades particulares de Rio Branco-AC. Teve por objetivos específicos investigar as seguintes informações:

- a) verificar os dados atuais do ensino de graduação em Administração das faculdades de ensino presencial em Rio Branco - AC;
- b) identificar e comparar as estruturas curriculares dos cursos de Administração das faculdades de Rio Branco - AC;
- c) analisar o conteúdo programático e bibliográfico das disciplinas da área de Teorias Organizacionais que compõem estas estruturas curriculares; e
- d) averiguar qual o entendimento dos alunos e professores das faculdades pesquisadas, acerca das Teorias Organizacionais.

Para possibilitar maior precisão em termos de exposição da pesquisa, este trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro, realizou-se uma exposição do Papel da Universidade no Ensino de Administração com dois itens subsequentes que trazem a trajetória do Ensino em Administração no Brasil e no Estado do Acre.

O segundo capítulo, traz à luz duas abordagens das Teorias Organizacionais que envolvem a problemática desse trabalho: Gerencialista e Crítica.

No terceiro capítulo, expuseram-se os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa.

No quarto capítulo, apresentaram-se os resultados e as discussões alcançados pelo levantamento dos dados propostos na pesquisa.

No quinto capítulo, finaliza-se o trabalho com as considerações finais, onde se apresentam as principais constatações alcançadas através dessa pesquisa, bem como suas limitações e possibilidades para pesquisas futuras.

2 O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

Para uma melhor compreensão de como as universidades compreendem sua responsabilidade na reprodução e disseminação do ensino de administração ou em qualquer outra área do conhecimento, se faz necessário esclarecer o que é uma Universidade, bem como o que vem a serem os outros tipos de Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no Brasil.

De acordo com o Decreto nº 5.773/06, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino superior, diz que de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, as instituições de ensino superior são credenciadas como faculdades, centros universitários ou universidades.

As instituições são credenciadas originalmente como faculdades. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

§ 1º A criação de universidades federais se dará por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.

§ 2º A criação de universidades privadas se dará por transformação de instituições de ensino superior já existentes e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de

trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior (BRASIL, 2006).

Ainda, no referido Decreto nº 5.773/06, em relação à categoria administrativa, as instituições podem ser públicas (vinculadas aos governos federal, estadual ou municipal) ou privadas.

Os atos autorizativos dos cursos são os seguintes: Autorização: para iniciar a oferta de um curso de graduação, as faculdades privadas dependem de autorização do Ministério da Educação. Universidades e centros universitários, que têm prerrogativas de autonomia, não precisam de autorização do MEC para iniciar a oferta de um curso de graduação (exceto nos casos de abertura de cursos de medicina, odontologia, psicologia e direito, que necessitam sempre de autorização do Ministério, e em casos de cursos oferecidos em endereços fora do município-sede da universidade ou centro universitário). Porém, todas as instituições – sejam elas faculdades, centros universitários ou universidades - devem informar ao MEC os cursos abertos, para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento do Ministério (BRASIL, 2006).

No processo de autorização de um curso, o MEC avalia três dimensões: a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas oferecidas pela instituição.

No que diz respeito ao reconhecimento e renovação de reconhecimento, o mesmo deve ser solicitado pela instituição de ensino quando o curso de graduação tiver completado 50% de sua carga horária (e antes de completar 75% da carga horária). Então, se um curso dura, por exemplo, quatro anos e sua primeira turma foi iniciada no 1º semestre de 2009, a instituição deverá protocolar o pedido de reconhecimento a partir do 1º semestre de 2011 e até, no máximo, o 1º semestre de 2012. O reconhecimento do curso é condição necessária para a validade nacional dos diplomas emitidos pela instituição. A renovação do reconhecimento deve ser solicitada pela instituição de ensino a cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O ensino superior pode ser ministrado nas seguintes modalidades:

- Presencial: quando exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações.
- A distância: quando a relação professor-aluno não é presencial, e o processo de ensino ocorre com a utilização de meios como material impresso, televisão, internet etc. Para a oferta de educação superior na modalidade a distância, as instituições deverão ser

credenciadas para atuar nesta modalidade de ensino. Para tanto, deverão estar previamente credenciadas para oferta de educação superior na modalidade presencial no sistema federal (BRASIL, 2006).

Independentemente de suas classificações, ou seja, universidade, centro universitário ou faculdade, as IES formam os profissionais que atuam na sociedade e as mesmas estão imbuídas de responsabilidades no que diz respeito à formação destes profissionais e de suas ações em meio à sociedade.

Ainda neste sentido, segundo Rodrigues (2013) a educação superior é considerada como um bem público e um direito social garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, Art. 6º), e elemento crucial à formação e ao desenvolvimento de práticas voltadas à cidadania, à liberdade, à crítica e à democracia, isto é, de valores centrais à consolidação de um ideal de vida individual e social. Assim, depreende-se que as universidades trazem sobre si a responsabilidade pela formação dos indivíduos e de suas práticas profissionais no meio da sociedade.

A relação entre universidade e sociedade tem sido tema de reflexão ao longo dos anos por vários autores principalmente na área da educação. A atenção dada ao tema assume contornos diferenciados a partir da década de 1990, com a presença de políticas de cunho neoliberal na educação por parte do Estado, levando ao questionamento, entre outros aspectos, da validade e da eficiência da universidade pública e gratuita (BARCELLOS et al., 2011 p.672).

A formação para o exercício profissional nas instituições públicas ou privadas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária são atividades defendidas como responsabilidade da universidade (BARCELLOS et al., 2011). Essas atividades demandam das universidades escolhas no que concerne às suas políticas de investimentos, prioridades de pesquisa, projetos de extensão, alocação de carga horária docente, na estrutura de currículos e nas definições dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, entre outros. Os dirigentes das universidades tomam decisões que definem a formação dos estudantes e sua orientação enquanto sociedade ou mercado. Segundo Barcellos et al. (2011) cada vez mais as opções dos dirigentes das universidades se refletem na orientação para o mercado, o que pressiona a formação dos estudantes nas mais diversas áreas do conhecimento.

A dicotomia sociedade-mercado parece se intensificar quando se trata da profissão de administrador, cuja tarefa tem sido fundamentar e reproduzir o sistema econômico vigente e o paradigma de atuação dominante, embasado numa concepção hegemônica de organização que abre, historicamente, poucos espaços para a discussão de possibilidades alternativas, além de estar fundamentada numa visão limitada do ser humano como operacional ou reativo (BARCELLOS et al., 2011, p.673).

Nesse sentido, vive-se em uma sociedade em que os espaços de atuação do administrador, em sua grande maioria, exigem capacitação e racionalidades próprias da ótica gerencialista que é dominante na teoria organizacional.

Segundo Barcellos et al. (2011) “As universidades vivem o dilema das relações entre a defesa de sua instituição e as demandas da sociedade que vive ao seu redor, em uma relação altamente conflitiva que se expressa no interior da própria universidade” (BARCELLOS et al., 2011, p. 675).

Para Barcellos et al. (2011) a demarcação das fronteiras entre universidade e sociedade pode ser vista a partir da lógica da produção do conhecimento universitário, em que a distinção entre conhecimento científico e outros conhecimentos é absoluta, tal como é a relação entre ciência e sociedade. Neste contexto, a universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que “apesar de socialmente relevante, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido” (SANTOS, 2008 *apud* BARCELLOS et al., 2011 p. 675)

Depreende-se então, que a universidade possui funções importantes que vão além da função econômica, ou seja, funções sociais, simbólicas e culturais. Para Chauí (2003) a função da universidade é a formação com a capacidade de reflexão e crítica:

É introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. (...) há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, **da reflexão e da crítica**, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade (CHAUÍ, 2003, p.12, grifo nosso).

Segundo Barcellos et al. (2011), ao discutir o papel da universidade combinado à instituição mercado, percebe-se uma dicotomia, de um lado a autonomia e produção de conhecimento, e do outro, as amarras e vinculações com o capital.

Para Santos (2008) *apud* Barcellos et al., 2011, p. 676, relata que a universidade passou, na década de 1990, por dois processos que ele considera faces da mesma moeda: o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade, alterando profundamente o modo como o bem público da universidade é produzido, transformando-o num campo de valorização do capitalismo educacional. De acordo com o autor, isso ocorre em dois níveis de “mercadorização”: o primeiro, induzindo a universidade pública à geração de receitas próprias, notadamente por meio de relações com o

capital, privatizando parte de seus serviços. E o segundo, dissolvendo tendencialmente a distinção entre universidade pública e privada.

Deste modo, percebe-se a universidade como instituição sucateada, que perde de vista seu papel social, por conta do estado gerencialista com visão de mercado. Isso acarreta em uma visão de que a universidade deva produzir conhecimento estritamente útil, ou seja, comercializável. Essa visão de educação liberal passa a incorporar na universidade um papel operacional em detrimento do seu papel de instituição social de ensino, tal como defende Chauí (2003):

Estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUÍ, 2003, p.7).

Para Barcellos et al. (2011) nessa lógica, a universidade passou a priorizar a competição deixando em segundo lugar a formação e a pesquisa, sendo que a maioria das pesquisas são determinadas pelas exigências do mercado, ou seja, a universidade produz conhecimento destinado à apropriação privada o que conseqüentemente, resulta em um sistema de produtividade pressionado pelo mercado concorrencial que acaba afastando dos objetivos da universidade qualquer preocupação humanista ou cultural. Desta forma, o aumento da competitividade faz com que a educação seja vista como meio de desenvolvimento das competências requeridas pelo mundo do trabalho no qual não há espaço para a reflexão crítica.

Ainda segundo Barcellos et al. (2011) a universidade não corresponde à rapidez do mundo empresarial que opta por adquirir pacotes de tecnologia prontos e de aplicação imediata, ainda nesse sentido “os empregadores argumentam que o sistema educativo não forma os recursos humanos dos quais as empresas necessitam atualmente”. (BARCELLOS et al., 2011, p. 678).

Para Cullen (2008) *apud* Barcellos et al. (2011), “esta afirmação leva à aceitação de que atores externos indiquem aos educadores o que eles devem fazer e como fazer, com o sistema educativo desenvolvendo um complexo de culpa, buscando cada vez mais responder a estas demandas, desenhando currículos em conformidade com elas” (CULLEN (2008) *apud* BARCELLOS et al., 2011, p. 678).

Para Chauí (2003), há uma confusão entre educação e reciclagem, resultado da obsolescência cada vez mais rápida da mão de obra, desta forma, segundo Barcellos et al. (2011), é essencial que “a universidade tenha claramente definido que o seu papel primordial

na educação é a formação e não a reciclagem” (BARCELLOS et al., 2011, p. 678). Desta maneira, a universidade, enquanto uma instituição de produção científica e cultural, não pode reduzir seu papel à lógica de mercado, em detrimento de uma produção que atenda às demandas e necessidades atuais da sociedade, tal qual defende Barcellos et al. (2011):

“O objetivo da formação universitária é transformar a sociedade, gerando processos de melhora política e de compreensão das novas realidades diante da globalização, induzindo processos de modificação destas realidades que não são satisfatórias, principalmente para os países periféricos, e coordenando esforços para dar resposta aos novos problemas e desafios que embasam o desenvolvimento para a sustentabilidade ética, humana e ambiental” (BARCELLOS et al., 2011, p. 680).

Severino (2002) argumenta na mesma direção, afirmando que a educação, por exigência ética, deve se conceber e se realizar como investimento intencional sistematizado na consolidação das forças construtivas das mediações existenciais dos homens, ou seja, a educação na visão do autor deve ser pensada de forma a construir e garantir positivamente a existência do homem:

“É isto que lhe dá, aliás, a sua qualificação ética. É por isso também que o investimento na formação e na atuação profissional do educador não pode reduzir-se a uma suposta qualificação puramente técnica. Precisa ser também política, expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação. E é sendo política que a educação e a cultura se tornarão intrinsecamente éticas” (SEVERINO, 2002, p. 10)

Para Severino (2002, p.11) “Construir o futuro implica investir na educação, na perspectiva de uma política educacional intrinsecamente voltada para os interesses humanos da sociedade, visando à superação intencional e planejada de suas forças de exclusão social”.

De tais reflexões se faz coerente questionar o papel da universidade no ensino de administração, que automaticamente resulta na formação dos profissionais que atuarão em nossa sociedade, e que a partir destas perspectivas esses profissionais necessitam ser capazes de pensar criticamente, estando aliados a uma consciência histórico-social e não os reduzindo-os a uma educação puramente técnica.

A seguir, será apresentado o item 2.1, responsável por transcorrer pela trajetória do ensino superior de Administração no Brasil. A proposta é expor aspectos relevantes para a compreensão da origem e expansão dos cursos de Administração no país.

2.1 O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL – TRAJETÓRIA

Segundo o Conselho Federal de Administração - CFA, o surgimento do ensino de Administração no Brasil está relacionado ao processo de desenvolvimento do país. Esse processo foi marcado por dois momentos históricos distintos. O primeiro, pelos governos de Getúlio Vargas, representativos do projeto “autônomo”, de caráter nacionalista. Nesse primeiro período, criou-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão público do governo federal brasileiro, criado pelo decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938 (período do Estado Novo). Fazia parte de um esforço de reforma na administração pública brasileira, e já estava previsto na constituição de 1937. Além de fornecer elementos para melhoria da máquina pública, o DASP deveria fornecer assessoria técnica ao presidente da república e elaborar a proposta orçamentária. O segundo, pelo governo de Juscelino Kubitschek, evidenciado pelo projeto de desenvolvimento associado e caracterizado pelo tipo de abertura econômica de caráter internacionalista. Este último apresentou-se como um ensaio do modelo de desenvolvimento adotado após 1964. Nesse período, o processo de industrialização se acentuou, sobretudo devido à importação de tecnologia norte-americana (CFA, 2017).

Serva (1990) fala que as primeiras escolas superiores de Administração no Brasil surgiram como uma das consequências da política desenvolvimentista adotada a partir dos governos de Getúlio Vargas e que uma das condições básicas para a consolidação dessa política era a disponibilidade de pessoal qualificado para gerir eficazmente as organizações públicas e os diversos programas de governo, bem como os empreendimentos privados, os quais deveriam adotar critérios de racionalidade econômica.

Covre (1981) *apud* Barcellos et al. (2011), “aponta que esta política adotada por esses presidentes estava diretamente relacionada à formação de uma burocracia nos países periféricos, assim como a sua vinculação à técnica como solução aos problemas sócio-econômicos-políticos”:

O processo de “modernização” que se instaura nestes países pressupõe que haja uma solução universal e objetiva para os problemas dos mesmos e, em nome de uma racionalidade ahistórica e apolítica, propõe-se resolver problemas mais profundos, que são de origem histórica e política. (COVRE, 1981, p. 58 *apud* BARCELLOS et al., 2011 p. 685)

Assim, o surto de ensino superior, e em especial o de Administração, é fruto da relação que existe, de forma orgânica, entre essa expansão e o tipo de desenvolvimento econômico

adotado após 1964, calcado na tendência para a grande empresa. Nesse contexto, tais empresas, equipadas com tecnologia complexa e com um crescente grau de burocratização, passam a requerer mão de obra de nível superior para lidar com essa realidade (CFA, 2017).

O surgimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) marcaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país. Tais instituições ocuparam uma posição dominante no campo das instituições de ensino de Administração, assim como de referência do posterior desenvolvimento desses cursos. A FGV representa a primeira instituição que desenvolveu o ensino de Administração. Sua origem remonta à criação do DASP, em 1938. O DASP tinha como finalidade estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e criar canais mais democráticos para o recrutamento de Recursos Humanos para a administração pública, por meio de concursos de admissão (CFA, 2017). A ideia da criação da nova Instituição foi bem acolhida pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, que autorizou o DASP a promover a abertura de uma entidade voltada ao estudo de princípios e métodos da organização racional do trabalho, visando à preparação de pessoal qualificado para a administração pública e privada. A instituição surgiu por meio do Decreto nº 6.933, próxima ao polo dominante dos campos do poder político e econômico (CFA, 2017).

Foi na FGV que surgiram os primeiros institutos de investigação sobre assuntos econômicos do país, com propósito de fornecer resultados para as atividades dos setores estatais e privado. A criação da FGV ocorreu em um momento em que o ensino superior brasileiro deslocava-se de uma tendência europeia para uma tendência norte-americana. Isto é evidente, uma vez que a FGV tem apresentado um vínculo entre seus organizadores e o ensino universitário norte-americano, de onde proveio a inspiração para estruturá-la em termos de fundação (CFA, 2017).

Martins comenta que o objetivo da Fundação era formar especialistas para atender ao setor produtivo, tomando-se como inspiração as experiências norte-americanas. Em 1948, representantes dessa Instituição visitaram vinte e cinco Universidades americanas que mantinham cursos de Administração Pública, com intuito de conhecer diferentes formas de organização. Isto favoreceu a realização de encontros entre representantes da FGV e professores norte-americanos, visando à criação de uma escola voltada ao treinamento de especialistas em Administração Pública (CFA, 2017).

Como fruto dessas relações, foi criada, em 1952, a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), pela FGV, com o apoio da Organização das Nações Unidas - ONU e da

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura- UNESCO para a manutenção inicial. O convênio com esses organismos internacionais previa a manutenção de professores estrangeiros na escola e bolsas de estudo para o aperfeiçoamento dos futuros docentes no exterior. Continuando, o surgimento da EBAP no Rio de Janeiro, a FGV preocupou-se em criar uma escola destinada especificamente à preparação de Administradores de Empresas, vinculada ao mundo empresarial, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de administração empresarial. Essa situação possibilitou a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1954. É importante destacar que a FGV escolheu essa cidade, considerada a capital econômica do país, "coração e cérebro da iniciativa privada", com intuito de atender às expectativas do empresariado. Para a implantação da escola, a FGV buscou apoio do governo federal, do Estado de São Paulo e da iniciativa privada. Para dar início às atividades nessa nova Instituição, a FGV firmou um acordo com a USAID (Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos). Nesse convênio, o governo norte-americano se comprometia a manter, junto a esta escola, uma missão universitária de especialistas em Administração de Empresas, recrutados na Universidade Estadual de Michigan. Por outro lado, a FGV enviaria docentes para estudos de pós-graduação nos Estados Unidos, com intuito de preencher os quadros do corpo docente da EAESP. Tal convênio revelava a influência do ensino de Administração norte-americano na realidade brasileira, evidenciada, sobretudo, por meio dos currículos e bibliografias (CFA, 2017).

Segundo Serva (1990), em 1964, após cinco anos de evolução desse convênio, já se podia destacar as mudanças ocorridas, onde outras instituições criaram o curso de administração pública em nível de graduação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e Universidade Federal da Bahia - UFBA); a EBAP introduziu melhorias no curso vigente; houve aperfeiçoamento de bolsistas nos EUA (18 da EBAP, 09 do DASP, 17 da UFRGS e 28 da UFBA), realizando cursos de mestrado e doutorado e a realização de convênio com a fundação Ford (envolvendo a EBAP, a UFRGS e UFBA) possibilitando iniciar pesquisa e produção de material didático.

Continuando, a missão universitária norte-americana atuou na EAESP até 1965, fornecendo uma forte estrutura acadêmica à instituição, que lhe permitiu ocupar uma posição dominante entre os cursos de Administração do País. Com a criação da EAESP, surgiu o primeiro currículo especializado em Administração, que influenciou, de alguma forma, o movimento posterior nas instituições de ensino superior do País. A partir da década de sessenta, a FGV passou a criar cursos de pós-graduação nas áreas de Economia,

Administração Pública e de Empresas. Em meados dessa década, iniciou a oferta regular dos cursos de mestrado. Com a criação dos cursos de mestrado, a FGV passou a ser o centro formador de professores para outras instituições de ensino, no momento em que ocorreu uma enorme expansão dos cursos de Administração. Como consequência dessa expansão, na metade da década de 70, a entidade passou a ministrar um programa de doutorado nessas áreas. Outra Instituição de muita relevância para o desenvolvimento do ensino de Administração tem sido a USP, que surgiu da articulação de políticos, intelectuais e jornalistas (CFA, 2017).

A USP surgiu em 1934, por meio da aglutinação de faculdades já existentes e da abertura de novos centros de ensino. Em 1946, foi criada a Faculdade de Economia e Administração (FEA), que tinha por objetivo formar funcionários para os grandes estabelecimentos de Administração pública e privada. A criação da FEA se deve principalmente ao grande surto de industrialização, quando surgiram empresas movimentando vultosos capitais, que exigiram para sua gestão técnicas altamente especializadas. Assim como a FGV, a Faculdade de Economia e Administração também foi criada com um objetivo, prático e bem definido: atender, por meio da preparação de recursos humanos, às demandas oriundas do acelerado crescimento econômico (CFA, 2017).

Foram os interesses públicos e privados que influenciaram na criação da FEA. Segundo Martins, o objetivo era de prestar colaboração às empresas privadas e a todos os órgãos do serviço público. Desde o início, a instituição procurou criar relações principalmente com a Administração Pública local. Estabeleceu contato com a Federação das Indústrias, com a Associação Comercial do Estado e com a iniciativa privada. Tais relações permitiram que o quadro de professores desenvolvesse, além de suas funções didáticas, um trabalho de assessoria junto a organismos privados e na administração estatal. No interior da FEA, foram criados institutos que desempenharam um papel estratégico para sua articulação com o campo do poder econômico, na medida em que passou a prestar serviços a organismos públicos e privados (CFA, 2017).

A FEA, nos seus primeiros 20 anos, possuía apenas os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e não oferecia os Cursos de Administração. Mesmo assim, ambos os cursos evidenciavam um conjunto de disciplinas que tratava de questões administrativas. O Instituto de Administração tinha por objetivo realizar pesquisas na área. Essa orientação permitiu o surgimento da Revista de Administração, por meio do DASP.

Somente no início dos anos 60, a FEA sofreu algumas alterações estruturais, dando origem ao Departamento de Administração, composto por disciplinas integradas aos cursos de

Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Segundo Martins, nessa época, surgiram os primeiros cursos de pós-graduação da faculdade, inclusive em Administração, embora, ainda não existisse o curso de graduação. Isto só veio a ocorrer em 1963, quando a faculdade passou a oferecer os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública (CFA, 2017).

É importante considerar que, enquanto a criação da EBAP e EAESP correspondeu a um momento histórico, em que o segundo Governo de Getúlio Vargas procurou conduzir uma política econômica, baseada na criação de empresas estatais e empresas privadas nacionais, retomando o tema do nacionalismo, a criação do curso de Administração da FEA coincidiu com um momento em que a grande empresa estrangeira havia se consolidado no mercado interno nacional (CFA, 2017).

Observa-se também, que a criação e a evolução dos cursos de Administração na sociedade brasileira, no seu primeiro momento, se deram no interior de Instituições Universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa. Essas escolas transformaram-se em polos de referência para a organização e funcionamento desse campo. No final dos anos 60, a evolução dos Cursos de Administração ocorreria não mais vinculada a Instituições Universitárias, mas às Faculdades Isoladas que proliferaram no bojo do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira (CFA, 2017).

Essa expansão também está relacionada às transformações ocorridas no plano econômico. A partir da década de 60, o estilo de desenvolvimento privilegiou as grandes unidades produtivas na economia do país. Ocorreu o crescimento acentuado das grandes empresas, principalmente estrangeiras e estatais, permitindo a utilização crescente da técnica. Isso implicou diretamente a necessidade de profissionais com treinamento específico para executar diferentes funções internas das organizações. Diante dessa situação, as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de seus quadros, tendo em vista o tamanho e complexidade das estruturas. Isso veio constituir um espaço potencial para a utilização dos Administradores que passaram pelo sistema escolar (CFA, 2017).

Com as mudanças econômicas, um novo acontecimento acentuou a tendência à profissionalização do Administrador: a regulamentação dessa atividade, que ocorreu na metade da década de 60, pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. A presente Lei, no seu artigo 3º, afirma que o exercício da profissão de Técnico em Administração é privativo dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Isso veio ampliar um vasto campo de

trabalho para a profissão de Administrador. No ano seguinte à regulamentação da profissão, por meio do Parecer nº 307/66, aprovado em 8 de julho de 1966, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração. Dessa forma, foram institucionalizadas, no Brasil, a profissão e a Formação de Técnico em Administração (CFA, 2017).

As diretrizes do parecer se inspiraram na análise das condições reais da Administração no País e nos postulados que emanavam da lei e da doutrina fixada na experiência nacional e internacional. Tal currículo procurou agrupar matérias de cultura geral, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e condições institucionais em que se inseria o fenômeno administrativo; matérias instrumentais, oferecendo os modelos e técnicas de natureza conceitual ou operacional, e matérias de formação profissional. Com a liberdade dada pelo currículo, as escolas poderiam ministrar as matérias do currículo mínimo, com diferentes dosagens de tempo e de acentuação quanto aos objetivos, assim como organizar cursos ou seminários de aplicação mais restrita ou especializada (CFA, 2017).

De acordo com o Parecer nº 307/66 aprovado em 08 de julho de 1966 pelo Conselho Federal de Educação, foi fixado o currículo mínimo do curso de Administração, que habilitava ao exercício da profissão de Técnico de Administração e que seria constituído das seguintes matérias:

- a) matemática;
- b) estatística;
- c) contabilidade;
- d) teoria Econômica;
- e) economia Brasileira;
- f) psicologia Aplicada à Administração;
- g) sociologia Aplicada à Administração;
- h) instituições de Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa);
- i) legislação Social;
- j) legislação Tributária;
- k) teoria Geral da Administração;
- l) administração Financeira e Orçamento;
- m) administração de Pessoal; e
- n) administração de Material.

Além desse elenco de matérias, tornava-se obrigatório o Direito Administrativo, ou Administração de Produção e Administração de Vendas, segundo a opção do aluno. Os alunos também tinham de realizar um estágio supervisionado de seis meses para obter o diploma (CFA, 2017).

A partir dessa regulamentação, procurou-se instituir organismos que controlassem o exercício da profissão. Foram criados então, os Conselhos Regionais de Administração (CRAs). A função de tais organismos era de fiscalizar o desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais. Só poderiam exercer a profissão aqueles que fossem registrados nos CRAs. Esse organismo passaria a ter um forte controle sobre as condições de acesso à profissão (CFA, 2017).

A regulamentação da profissão de Administrador, ao institucionalizar que o seu exercício seria privativo daqueles que possuíam título de bacharel em Administração, contribuiria de forma acentuada para a expansão desses cursos. Outro fator que contribuiu significativamente nesse processo de profissionalização foram as leis da Reforma do Ensino Superior. Essas leis estabeleceram claramente níveis de ensino tipicamente voltados às necessidades empresariais, assim como possibilitaram o surgimento de Instituições privadas, que, juntamente com as universidades, pudessem corresponder à grande demanda de ensino superior desde a década de 50. A Lei nº 5.540, nos seus artigos 18 e 23, afirma que: "os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e a duração, a fim de corresponder às profissões reguladas em Lei: As Universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros cursos para atender às exigências de sua programação específica e fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho regional" (CFA, 2017).

Tais acontecimentos repercutiram significativamente, uma vez que em um intervalo de 30 anos, o ensino de Administração alcançou uma dimensão significativa na sociedade brasileira, considerando que em 1954 contava com dois cursos apenas, o da EBAP e o da EAESP, ambos mantidos pela FGV. Na Tabela 1.1, pode-se verificar a evolução do número de cursos das décadas de 60, 70, 80, 90, 2000 e 2010 (CFA, 2017).

A tabela 1 apresenta dados crescentes no número de cursos de Administração ao longo dos anos no Brasil.

Tabela 1 - Número de cursos segundo as décadas de 60, 70, 80, 90, 2000 e 2010

Décadas	Número de Cursos
Antes de 1960	02
1960	31
1970	247
1980	305
1990	823
2000	1462
2010	1805
2011	2.198
2016	2.128

Fonte: Conselho Federal de Administração – CFA, 2017, adaptada pela autora com dados do Censo da Educação Superior.

A relação entre prática profissional e a obtenção de título específico impulsionou aqueles que aspiravam a ter acesso às funções econômico administrativas, em órgãos públicos ou privados, a ingressar em centros de ensino que oferecessem tal habilitação. Também aqueles que já desenvolviam tais atividades no mercado profissional foram estimulados a buscar o título universitário para obter promoções. Um dos aspectos que merece ser destacado na expansão dos cursos de Administração é a considerável participação da rede privada nesse processo, ocorrido a partir do final dos anos 70. No início da década de 80, o sistema particular era responsável por aproximadamente 79% dos alunos, ficando o sistema público com o restante. O mesmo ocorre nas demais áreas do conhecimento, onde a distribuição é de 61% para a rede privada (CFA, 2017).

De acordo com o nascimento da história do curso de Administração (CFA, 2017) ao contrário das primeiras escolas, que nasceram próximas aos campos do poder econômico e político, as novas escolas, de maneira geral, nasceram equidistantes das expectativas e dos grupos que ocupam posições dominantes nesses campos. Essas escolas surgiram a partir da iniciativa daqueles que atuavam no setor educacional, aproveitando o momento em que o Estado pós-64 abriu um grande espaço para a iniciativa privada, visando a atender à crescente demanda de acesso ao ensino de 3º grau. A abertura dos cursos apresentava-se vantajosa, uma vez que poderiam ser estruturadas sem muitos dispêndios financeiros. Tais cursos buscavam certa rentabilidade acadêmica, procurando adaptar suas práticas acadêmicas aos grandes centros que desfrutavam de maior legitimidade.

Observa-se uma relação assimétrica, em que as primeiras escolas de Administração como tendência têm produzido, para o setor público e privado, uma elite administrativa

vinculada aos polos dominantes dos campos do poder político e econômico. Por outro lado, as novas instituições têm produzido os quadros médios para as burocracias públicas e privadas que, em função de sua complexidade, necessitam de pessoal para suas rotinas, isto é, um pessoal treinado para questões econômico-administrativas (CFA, 2017).

A trajetória do curso de administração no Brasil bem como o aumento do número de cursos e matrículas que são relatados nesse capítulo até este ponto foram influenciados também pela mudança importante que ocorreu a partir do ano de 1964, onde segundo os autores pesquisados classificam-no como o início da expansão do ensino superior no Brasil, porém como um modelo de mercadorização desse ensino.

De acordo com Sguissardi (2008) o crescimento do ensino superior no Brasil no período de 1964 a 2006 dá-se claramente pelo aumento expressivo do setor privado, tanto do setor particular como do privado-mercantil. O autor analisa dois períodos, onde o primeiro compreende os anos de 1964 a 1994 e o segundo analisa os dois governos do Fernando Henrique Cardoso – FHC e o primeiro de Lula que vai de 1994 a 2006.

Ainda segundo o autor, o primeiro período, ou seja, de 1964 a 1994 é marcado pelas transformações no modelo de expansão da educação superior no Brasil. Na época em que se instaura o regime militar, as matrículas predominavam em IES públicas numa proporção de 61,6% contra 38,4% das privadas. Esse cenário mudou drasticamente em apenas uma década, ainda sob o regime militar, caracterizando o primeiro movimento de privatização do sistema. As matrículas na rede privada cresceram 990,1% enquanto que na rede pública esse crescimento foi de 289,1% resultando na inversão da proporção da década anterior onde o resultado foi de 36,4% de matrículas na rede pública e de 63,6% na rede privada (SGUISSARDI, 2008).

Na sequência, na segunda década o crescimento das matrículas foi de aproximadamente 5% ao ano, o que corresponde a um crescimento quase 10 vezes menor do que o da década anterior, resultando numa pequena inversão dos percentuais de crescimento, sendo que 40,9% de matrículas foram na rede pública e 59,1% na rede privada (SGUISSARDI, 2008).

Continuando Sguissardi (2008) aponta que na terceira década, o crescimento fora ainda muito menor em relação à década anterior, em que durante os governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, as matrículas aumentaram cerca de 1,5% ao ano. Assim, no final do período, a proporção entre matrículas públicas e privadas é agora, respectivamente, de 41,6% e 38,4%, ou seja, não houve na prática grandes alterações.

No segundo período que compreende os anos de 1994 a 2006, Sguissardi (2008) analisa dados sobre a evolução do número de instituições de toda natureza, tal como universidade, centros universitários, faculdades integradas e isoladas, entre outras. Esse período também é relativo a três mandatos presidenciais. Nos primeiros oito anos, ou seja, de 1994 a 2002, o processo de expansão da educação superior é retomado através da privatização, isso se deu tanto pela evolução do número de IES quanto pela quantidade de matrículas nas IES públicas e privadas. Ainda nesse período, o número de IES quase dobrou, indo de 851, para 1.637. Entretanto, o aumento das IES privadas fora de 127,8% enquanto que as IES públicas foram reduzidas em -10,5%. A proporção ficou então de 11,9% de IES públicas e 88,1% de IES privadas no final do período, ou seja, no ano de 2002. Vale ressaltar que no ano de 1994 essa proporção era de 25,6% de IES públicas e 74,4% de IES privadas. Em relação ao número de matrículas nesse período, houve um crescimento total de 109,5%, porém, o aumento de matrículas nas IES públicas foi de 52,3% contra 150,2% nas IES privadas. O autor afirma que essa proporção fez com que durante 20 anos ficasse estável uma proporção de aproximadamente 40% de matrículas em IES públicas e 60% em IES privadas (SGUISSARDI, 2008).

De 2002 a 2006, o crescimento de IES foi menor, porém, houve um aumento de 27% de IES públicas, ainda assim insuficiente para acompanhar o crescimento de IES privadas, que foi de 40,2%. Ainda neste período, o crescimento das matrículas também foi menor do que no período anterior, crescendo apenas 34,3%. Desse aumento 25,8% foram em IES públicas e 74,2% em IES privadas. Os dados revelam que o crescimento continuava indo na mesma direção do período anterior, ou seja, ele ocorria por via tanto do número de IES privadas, quanto pelo número de matrículas registradas nas mesmas. Por fim, o autor verifica que “o crescimento desproporcional do número de IES no período 1994-2006 –13,7% públicas para 219,4% privadas – chama a atenção o processo de privatização das matrículas: em 12 anos, as públicas cresceram 75% contra 275,2% das privadas”. (SGUISSARDI, 2008 p. 1000).

Ainda sobre o processo de expansão da educação superior no Brasil, Sguissardi (2008) fala sobre o fenômeno da mercadorização do ensino superior, que deu-se inicialmente através das recomendações do Banco Mundial no ano de 1994, onde sua proposta era, entre outras, a diferenciação institucional e a diversificação das fontes de manutenção da educação; o que incluía o pagamento por partes dos alunos das IES públicas e que considerava inadequada a universidade de pesquisa (Neo Humboldtiana) em países em desenvolvimento e indicava a adoção da universidade de ensino (sem pesquisa). Assim, em dezembro de 1996 foi aprovada

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Essa lei editou diversos decretos normalizadores, onde se destaca o decreto de n. 2.306, de 19 de agosto de 1997, que reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, isto é, “como objeto de lucro ou acumulação” (SGUISSARDI, 2008 p. 1001). Ainda segundo o autor, esse decreto antecipou-se a todas as discussões que viriam posteriormente sobre a privatização do ensino superior, que o considerava como um serviço comercializável, estando assim, sujeito a todas as regulamentações de mercado, tanto fiscais quanto tributáveis e trabalhistas, e que se qualifica como marco da mercadorização do ensino superior no Brasil.

Para Costa (2018) a mercadorização do sistema de educação no Brasil, especificamente o ensino superior, foi ainda mais aprofundada nos governos de Lula e Dilma no período que compreende os anos de 2003 a 2014:

“As fronteiras entre o público e o privado se tornaram ainda mais esfumaçadas nesse período” tendo como um dos principais fatores, para dissolução das fronteiras entre público e privado, a política de financiamento do ensino superior que se justificava através de programas de ampliação ao acesso ao ensino. “No campo do ensino superior, as políticas públicas de ampliação do acesso foram determinantes na criação do mercado educacional no país” (COSTA, 2018 p. 19).

Os programas utilizados para alcançar as metas do Plano Nacional da Educação, o PNE, assim como o PROUNI e o FIES¹, passaram a receber recursos públicos com fins de ampliar o acesso ao ensino superior em instituições privadas (COSTA, 2018).

A criação de programas destinados ao financiamento de vagas em instituições privadas de ensino superior (Prouni) e a ampliação do financiamento estudantil (FIES) fizeram com que os recursos destinados às organizações privadas aumentassem de 3,42%, em 2003, para 12,32%, em 2014, um crescimento acumulado de 880,42%. O total destinado às instituições privadas representavam 7,97%, em 2003 gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição em relação aos recursos destinados às universidades públicas e passou a representar 12,32% do recurso, em 2014 (COSTA, 2018 p. 21).

Por fim, Costa (2018) afirma que as transformações que ocorreram no período dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) relativas às mudanças na organização do ensino e através da adoção de políticas de ampliação do acesso ao ensino convergem com as recomendações feitas aos países periféricos pelo Banco Mundial a partir de 1999, no que diz respeito à área do ensino superior sob a justificativa de alcançarem um grau maior de desenvolvimento nesses países.

¹ Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior é um programa do Ministério da Educação do Brasil destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

“As políticas de ampliação do acesso articuladas com as políticas de incentivo à inovação modificaram a organização do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades públicas, e revelam os mecanismos pelo qual o novo projeto neoliberal busca apropriar-se das universidades públicas sem transferir diretamente sua posse para a iniciativa privada, ou seja, como ele realiza uma privatização implícita destas instituições (PUELLO-SOCARRÁS, 2011 *apud* COSTA, 2018 p. 198)

O próximo item é responsável por expor a trajetória e o cenário atual do ensino superior de administração em Rio Branco-Acre, mencionando as ações para implantação do curso de Administração das três faculdades analisadas, A, B e C, nesta pesquisa, que tem como resultado essa dissertação de mestrado.

2.2 O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO EM RIO BRANCO-ACRE

O Estado do Acre é um dos sete estados que compõem a região Norte do Brasil. Com uma área pouco maior que 164 mil metros quadrados, o Estado do Acre possui população estimada de 829.619. Seu PIB, estimado em R\$ 13.459.000,00, provem, em sua maioria, da atividade extrativista e de serviço (IBGE, 2017). Embora seja uma das menores economias do país, o Estado do Acre também é uma das que mais cresce, registrando aumento de 4,4% na última estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2016. Dentre os seus 22 municípios, a capital Rio Branco é a mais populosa e a que possui a maior área urbana, sendo considerada também a capital econômica do Estado.

A cidade de Rio Branco está localizada às margens do Rio Acre, e possui população estimada de 383.443 habitantes. Por ser o polo econômico do Estado, Rio Branco é o berço de programas de apoio à caça, pesca e exploração de recursos naturais de forma sustentável (IBGE, 2017).

Além de ser a cidade referência na economia estadual, é em Rio Branco que está situado o *campus* central da universidade pública federal (UFAC), *campus* central do Instituto de Ensino Federal do Acre (IFAC) e várias faculdades particulares de ensino presencial e à distância. As unidades de ensino estudadas nesta dissertação são restritas àquelas presenciais que possuem o curso de Administração em seus catálogos. Utilizam-se pseudônimos para mencioná-las ao longo desta Dissertação: Faculdade A, Faculdade B e Faculdade C.

As faculdades de ensino à distância que ministram o curso de Administração em seus polos, e que não serão analisadas nesta dissertação são: Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Centro Universitário Internacional (UNINTER), Universidade Paulista (UNIP), Claretiano, Faculdade Fael, Instituto de Ensino Superior Brasileiro (USB), UniCesumar e Estácio Uniseb (INTERCOC).

A UFAC, única universidade pública federal do Estado, não ministra o curso de Administração em nenhum dos seus *campi* polos. O IFAC fornecia até o ano de 2017 o curso de Administração na modalidade técnica, com carga horária restrita a apenas 900h. A partir do novo catálogo de cursos, os quais usarão o Sistema de Seleção Unificado (SISU) como forma de ingresso, inclui o curso de bacharelado em Administração.

Em julho de 1998 A Faculdade B instalou-se no Acre, com os cursos de Administração, Contabilidade e Secretariado Executivo. O primeiro curso da área de Administração que foi implantado no Acre era denominado como Administração em Comércio Exterior, sendo posteriormente renomeado para Administração de Empresas, funcionando nos turnos matutinos e noturnos, com 50 alunos em cada turno. O primeiro processo seletivo realizado para o ingresso em Administração em Comércio Exterior aconteceu em julho de 1998, sua mensalidade custava R\$ 280,00, mais do que o dobro do salário mínimo que, na época, era R\$ 130,00. Inicialmente o curso era ministrado em 5 (cinco) anos, porém, após uma reformulação de grade curricular realizada em 2005, o curso passou a ser ministrado em 4 anos.

Inicialmente o curso foi procurado por adultos maiores de 25 anos que já estavam inseridos no mercado de trabalho, seja no serviço público ou privado, ou que já possuíam um diploma de técnico em Administração, que era fornecido pelas escolas de ensino médio da rede pública do estado. Foram formadas cinco turmas, antes que outra faculdade implantasse o curso de Administração em seu catálogo.

Em 2001, entra em funcionamento a faculdade D, com apenas um curso na sua grade, Administração em Sistemas de Informação. Posteriormente ofereceu os cursos de Jornalismo e Serviço Social.

Em 2002, uma quarta faculdade entra em funcionamento: a faculdade C, expandindo seus cursos para incluir Administração nas modalidades bacharelado e técnico. Esta mesma faculdade veio a comprar a faculdade D no ano de 2008.

Em 2004, a faculdade B acrescentou três novos cursos da área de administração: Administração e Marketing, Administração e Tributos, e Administração e Sistemas de

Informação, chegando a contar, em 2006, com mais de 1.010 alunos, sendo o curso mais procurado do Acre.

No ano de 2008, entra em funcionamento a Faculdade A. Seu primeiro vestibular realizado em 2009, já contava com o curso de Administração, contudo, somente em 2014, o curso de bacharelado em Administração foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura.

Devido à crescente oferta dos cursos de Administração pelas faculdades presenciais particulares de Rio Branco, em 2010, foi instalado na capital acreana o Conselho Regional de Administração do Acre - CRA. Hoje o CRA-AC possui mais de 1.600 inscritos, e a grande maioria deles é empregada pelo setor público do Acre. (CRA-AC, 2017).

As Teorias Organizacionais são essenciais para o ensino em Administração, pois a partir delas se constata abordagens evidenciadas que revelam os interesses por detrás do ensino.

Assim, o Capítulo 2 será responsável por explicar acerca de duas abordagens que levantam muitas discussões: Gerencialista e Crítica.

3 O ENSINO DE TEORIAS ORGANIZACIONAIS

Ao longo dos anos, a disciplina de Administração envolveu o estudo e defesa de várias teorias organizacionais. Essas teorias organizacionais, frente a diferentes concepções dos indivíduos e das organizações aparecem como respostas aos problemas mais relevantes de cada sociedade e sua respectiva época, acarretando, dessa forma, a formação de várias abordagens diferentes ao seu objeto de estudo, o que é chamado de ação organizacional (WEISS; KEHRIG, 2016).

Nesse sentido, embora se tenda a falar de uma genérica “teoria organizacional”, vê-se igualmente, que não existe uma só prática organizacional, e que também, há uma variedade de teorias que chamam a atenção para algumas coisas e obscurecem outras (MARDSEN; TOWNLEY, 2001, p. 32). Dessa forma surgem diferentes abordagens de teorias organizacionais: “Nos estudos organizacionais a luta de legitimação mais notável está entre defensores e opositores de uma teoria organizacional positivista, entre a ciência organizacional “normal” e uma “contra-normal” (Donaldson, 1985; 1988; Hinings, 1988; Clegg, 1988; Mardsen, 1993, p. 32).

O quadro dos modelos interpretativos de Reed (1999), como visto abaixo, exhibe as teorias organizacionais através dos vários aspectos que as definem. A coluna de transições contextuais mostra como as quebras dos paradigmas e os diferentes ambientes sociais de cada época ajudaram a trazer a sociedade para o cenário em que ela se encontra hoje.

A Tabela 2 apresenta as narrativas analíticas em análise organizacional.

Tabela 2 - Narrativas Analíticas em Análise Organizacional

Modelo de metanarrativa interpretativa	Problemática principal	Perspectivas ilustrativas/ exemplos	Transições contextuais
Racionalidade	Ordem	Teoria das Organizações clássica, administração científica, teoria da decisão, Taylor, Fayol e Simon	De Estado guardanoturno a Estado industrial
Integração	Consenso	Relações Humanas, <i>neo-RH</i> , funcionalismo, teoria da contingência/sistêmica, cultura corporativa, Durkheim, Barnand, Mayo e Parsons	De capitalismo empresarial a capitalismo do bem-estar
Mercado	Liberdade	Teoria da firma, economia institucional, custos de transação, teoria da atuação, dependência de recursos, ecologia populacional, Teoria Organizacional liberal	De capitalismo gerencial a capitalismo neoliberal
Poder	Dominação	Weberianos <i>neo-radicais</i> , marxismo crítico-estrutural, processo de trabalho, teoria institucional, Weber, Marx	De coletivismo liberal a corporativismo negociado

continua

Modelo de metanarrativa interpretativa	Problemática principal	Perspectivas ilustrativas/ exemplos	Transições contextuais
Conhecimento	Controle	Etnométodo, símbolo/cultura organizacional, pós-estruturalista, pós-industrialista, pós-fordista/moderno, Foucault, Garfinkel, teoria do ator-rede	De industrialismo/modernidade a pós-industrialismo/ pós-modernidade
Justiça	Participação	Ética de negócios, moralidade e OB, democracia industrial, teoria participativa, teoria crítica, Habermas	De democracia repressiva a democracia participativa

Fonte: Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado, Reed, 1999.

De acordo com Webering (2010), a análise feita por Reed (1999) destaca que as teorias organizacionais são, historicamente, contestadas assim que um novo momento histórico aparece. A evolução das teorias organizacionais é resultado da resolução de problemas da classe trabalhista que surgiram em suas respectivas épocas. Contudo, de acordo com o professor Fernando Tenório “As teorias organizacionais se desenvolveram em desacordo com as teorias sociais”, pois, no princípio, elas refletiam o nascimento, desenvolvimento e consolidação do capitalismo, deixando de fora grande parte do cenário social de cada teoria (WEBERING, 2010).

Mardsen e Townley (2001) defendem que a “teoria organizacional é essencialmente uma teoria de gestão”, ou seja, uma teoria que se preocupa em organizar para quem gerencia e muito pouco tem a dizer dos que são geridos. Nesse contexto, os autores apresentam o conflito entre as diversas teorias organizacionais existentes e se delimitam ao debate sobre a “luta de legitimação mais notável entre defensores e opositores de uma teoria organizacional positivista, ou seja, entre a ciência organizacional “normal” e uma “contra-normal”. (DONALDSON, 1985; 1988; HININGS, 1988; CLEGG, 1988; MARDSEN, 1993a).

Seguindo esta discussão de que há uma teoria organizacional “normal” e uma “contranormal” e respectivamente, possuem diferentes abordagens, a gerencialista e a crítica, apresentaremos no próximo item as perspectivas da teoria gerencialista, também denominada funcionalista.

3.1 ABORDAGEM GERENCIALISTA

O gerencialismo representa uma trajetória particular do conhecimento em administração. De acordo com Murphy (2008, p. 154), o objetivo do gerencialismo é

“despolitizar a tomada de decisão coletiva através da desconstrução dos temas da vida cotidiana e organizacional, transformando-os em uma série de problemas discretos que podem ser resolvidos pela aplicação da perícia técnica”. Dar (2008, p. 95) considera que o gerencialismo é uma “ideologia de controle, progresso e ordem, que tem sido absorvida pelas ideias dominantes”, ou seja, essa ideologia coloca como ator principal o gerente em oposição ao administrador, profissional ou político. Ainda neste contexto, os gerentes são considerados na ideologia do gerencialismo como melhores profissionais, empreendedores, dinâmicos, eficientes podendo somente eles oferecer as melhores práticas em negócios (DAR, 2008).

Segundo Misoczky (2004), à medida que a eficiência se tornou a referência central para a ação organizacional, ocorreu um deslocamento das questões essencialmente políticas para fora do foco. De acordo com Fischer (1990), “a questão sobre a produção para o quê e para quem, ganhou um status secundário ou, muito pior, foi simplesmente ignorada”. Assim, a eficiência — peça central de um esquema argumentativo, identificado como paradigma do mercado, criou um modelo persuasivo da realidade, que foi gradativamente, sendo transformado em senso comum. Nele, o critério da eficiência tem o poder de determinar as escolhas, mesmo em situações em que isso não é inteiramente apropriado (MISOCZKY, 2004).

Gerencialismo é o termo utilizado por estudiosos do campo educacional para se referir à adoção de “ferramentas” da gestão empresarial na educação. Segundo Paes de Paula e Wood Jr. (2006) o gerencialismo se baseia nas seguintes crenças:

Primeiro, o progresso social ocorre por meio de contínuos aumentos na produtividade econômica; segundo, essa produtividade aumenta, principalmente, por meio da aplicação de tecnologias cada vez mais sofisticadas de organização e informação; terceiro, a aplicação destas tecnologias se realiza por meio de uma força de trabalho disciplinada de acordo com o ideal da produtividade; quarto, o *management* desempenha um papel crucial no planejamento e na implementação das melhorias necessárias a esta produtividade; e quinto, os gerentes têm o “direito” de administrar (WOOD JR; PAES DE PAULA, 2006 p. 93)

Para Calgaro: (2013, p. 180) a origem do termo gerencialismo deu-se na Administração:

O termo Gerencialismo tem origem na Administração, sendo utilizado para definir o modelo de gestão baseado no neoliberalismo, pensamento pelo qual o Estado mínimo e o mercado se desenvolvem a partir da ideia de que tudo pode ser gerenciado, desde uma empresa ou organização — privada ou pública, não importa — até a própria vida (CALGARO, 2013, p. 180).

Desta maneira, o processo gerencial nas organizações é compreendido como ações voltadas para planejar o futuro desejado e fazer os arranjos necessários de estrutura e recursos

para que esse futuro aconteça, ou seja, dirigir e/ou liderar as pessoas para que esse futuro aconteça e controlar e avaliar as ações realizadas para se atingir o objetivo planejado. Inicialmente, essa visão de gestão é baseada na definição de administração de Henri Fayol, que em 1916 compôs a escola clássica da administração (WEISS; KEHRIG, 2016).

Ainda nesta visão, os executivos eram vistos como os responsáveis pelas escolhas estratégicas sobre como a organização deve ser gerida, enquanto que os gestores interpretam os sinais do mercado externo e implantam ideias novas, baseadas no comportamento do mercado e como ele influencia a organização (MARSDEN; TOWNLEY, 2000, p. 42).

Ainda neste contexto, Paes de Paula (2006) defende que a cultura do gerencialismo pode ser definida como um conjunto de pressupostos compartilhados pelas empresas: 1) a crença numa sociedade de mercado livre; 2) a visão do indivíduo como auto empreendedor; 3) o culto da excelência como forma de aperfeiçoamento individual e coletivo; 4) o culto de símbolos e figuras emblemáticas, com “palavras de efeito” (inovação, sucesso, excelência) e “agentes heróis” e; 5) a crença em tecnologias gerenciais que permitem racionalizar as atividades organizadas grupais (WOOD JR; PAES DE PAULA, 2006).

Levando em consideração a formação em administração, esses pressupostos estão presentes em grande parte ou em quase todas as disciplinas, principalmente nas de base profissional, tais como Teorias da Administração, Marketing, Empreendedorismo, Teoria dos Jogos, etc., deixando explícito o enfoque gerencialista presente nos cursos de Administração.

O gerencialismo se encaixa na perspectiva de ciência organizacional “normal”. Uma vez que o mesmo se baseia nas concepções positivistas e funcionalistas da ciência organizacional “normal”. Assim, segundo Donaldson (1985), “A ciência organizacional normal (...) desenvolve-se na crença de que as organizações são coisas duras, empíricas, capazes de serem estudadas usando-se técnicas científicas” (DONALDSON, 1985 *apud* MARSDEN E TOWNLEY, 2001). Tipicamente, a ciência organizacional normal apresenta uma história teleológica de sua própria formação conceitual e deixa a impressão de que as coisas possivelmente não poderiam ser diferentes (KUHN, 1970 *apud* MARSDEN E TOWNLEY, 2001).

Uma dimensão prática e importante na ciência normal é seu entendimento do papel dos gestores e trabalhadores – e a relação empregatícia entre eles. Sob essa perspectiva, os gestores são os detentores da racionalidade e os empregados são apenas instrumentos de gestão que podem ser programados para obedecer a instruções. O conhecimento científico da organização, neste caso, é utilizado para fornecer informações e técnicas relevantes aos gestores. Cabe citar que a ciência organizacional normal é impressa com uma forte orientação

americana e se propagou com um falso conceito de universalidade (Boyacigiller e Adler, 1991: 262; 265 *apud* MARDSEN E TOWNLEY, 2001).

Diante dessa perspectiva, Mardsen e Townley (2001, p. 43) afirmam que “As organizações são explicadas pelo conhecimento das intenções que fazem as pessoas agirem”. Reconhece-se que coexiste nas organizações uma pluralidade de metas concorrentes de diversos grupos, por vezes rivais, em contraposição à visão de metas organizacionais mais utilitárias da ciência normal. O foco da análise organizacional se concentra no que as pessoas efetivamente fazem diferente da ciência normal, cujo foco estava definido ao que se esperava que as empresas diziam que faziam. Dessa forma, afasta-se do foco prescritivo – o que as empresas devem ser – para um enfoque explicativo – o que elas são.

Assim, as variáveis organizacionais deixam de ser percebidas como elementos concretos, tornando-se artefatos simbólicos, os quais são projetados sobre uma base de conhecimento e refletem o modo como os indivíduos percebem e interpretam a realidade organizacional (FONSECA; MACHADO-DA-SILVA, 2002).

Em meio a um cenário crescente da administração gerencial e considerando as influências na história da instalação dos cursos de Administração no Brasil, Serva (1990) reflete a respeito dos campos nos quais o administrador é requisitado a oferecer seus conhecimentos, tomando por base a classificação de Guerreiro Ramos sobre os sistemas produtivos brasileiros que indicam possíveis espaços de atuação do administrador. Para caracterizar os espaços nos quais o administrador brasileiro pode exercer sua prática profissional, Serva utiliza a classificação de Guerreiro Ramos sobre os sistemas produtivos pensados à luz da realidade brasileira que são:

- a) sistema oligopolizado: Composto por empresas que se dedicam à produção de bens e/ou prestação de serviço de alta sofisticação tecnológica e mercadológica. Estas empresas dominam amplamente o mercado em que atuam e são essencialmente cosmopolitas, pois estão funcionalmente articuladas (quando não subordinadas) a empresas e instituições que operam nos centros mais desenvolvidos;
- b) sistema de produção de relativa competitividade: Composto por empresas que atuam em ambientes competitivos, aproximando-as dos modelos clássicos de economia de mercado. Predominantemente (embora não exclusivamente) é representado por médias e pequenas empresas.
- c) sistema fronteiro: composto por organizações que se encontram em uma das duas situações extremas: ou adquirem certas características que as aproximam dos

oligopólios, ou, ao contrário, estão sendo excluídas do mercado por força de fatores tecnológicos e mercadológicos.

d) sistema quase formal de microprodução: onde certos aspectos da lógica inerente à teoria do mercado se aplicam, embora de forma flexível, instável e episódica. O artesão, o profissional liberal, o intermediário de negócios, etc. são exemplos desta categoria.

e) sistemas conviviais e comunitários de produção: incluem as associações de pequenos grupos para a produção de bens e serviços. É o caso, por exemplo, da comunidade social que organiza pequenas creches, da prestação de serviços comunitários, de certos tipos de cooperativas da pequena agricultura de hortigranjeiros, etc. Serva (1990) acrescenta aos sistemas produtivos todo o aparelho estatal que compreende as esferas federal, estaduais e municipais, além das empresas estatais.

Diante da classificação dos sistemas produtivos e do grande campo de atuação do administrador, Serva (1990) questiona se o suporte teórico oferecido pelas escolas brasileiras de administração “é compatível com a pluralidade e especificidades do seu campo de atuação? Infelizmente, a resposta é negativa”:

Na área de administração o suporte teórico fornecido pelas escolas destina-se quase que exclusivamente ao sistema oligopolizado de produção, quando sabemos que menos de 10% do total das unidades empresariais estão contidas nesse estrato. As teorias organizacionais e os modelos de gestão são fundamentados pelos paradigmas, ideologias gerenciais, estruturas e necessidades daquele sistema, gerando um profundo gap entre teoria e prática quando observamos os demais espaços do campo de atuação do administrador (SERVA, 1990 p. 15)

Isso quer dizer que são desconsideradas as outras formas de organizações existentes que não se beneficiam com o modelo gerencial. São elas: beneficentes, a própria administração pública, administração de organizações culturais, entre outras.

O ensino, a pesquisa e a prática da Administração, ao influenciar e, principalmente, por serem influenciadas pelo discurso e pelas práticas da empresa, tendem a reduzir todas as esferas sociais (organizações e indivíduos) à sua lógica (unificação) e, por consequência, desconsiderar outras formas de organização (teorias e práticas) que não estejam assentadas em uma perspectiva empresarial (RODRIGUES, 2013, p. 43).

Desta maneira, torna-se inegável a responsabilidade relacionada à organização da estrutura curricular, disciplinas, ementas e bibliografias utilizadas nos cursos de Administração e a formação destes profissionais.

Contudo, a reflexão do administrador precisa ir mais além da superficialidade e da técnica, reconhecendo-se como sujeito crítico e agente da mudança e não apenas como um profissional alienado e desconectado de reflexões profundas dos problemas que assolam a esfera da vida em sociedade. Desse modo, será feita a seguir uma abordagem distinta da gerencialista, que propõe uma reflexão sobre o ensino em Administração embasada na Teoria Crítica.

3.2 REFLEXÕES CRÍTICA NO ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO

Agindo diretamente na produção e reprodução de uma visão de mundo elitizada e excludente, característica da ordem discursiva vigente, a teoria da administração é um meio de reprodução e legitimação direta dessa ordem discursiva e traz consequências incalculáveis sobre a vida em sociedade. Segundo Guerreiro Ramos (1989):

A teoria da administração, do modo como tem sido concebida, é ingênua, porque se baseia na racionalidade instrumental, característica da ciência social no Ocidente. Até hoje, essa mesma ingenuidade é responsável pelo seu sucesso em termos de aplicação prática. Entretanto, esse sucesso é unidimensional e vem exercendo um impacto desfigurador sobre a vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1989; p.1).

A aplicação prática das teorias organizacionais dá-se dentro das organizações. Dessa forma, as organizações assumem um papel singular no que se refere à ordem social, ou seja, estando elas à disposição da função de mercado acabam por reproduzir a lógica funcionalista (SILVA et al., 2013).

Segundo Da Silva et al. (2013) a racionalidade estrita ou majoritariamente instrumental, traz consequências tais como: a “banalização da injustiça social” tendo em vista que a lógica funcionalista admite que se ignorem certos princípios, tendo como justificativa que o comportamento administrativo faz parte da conduta humana, condicionado por imperativos econômicos (SILVA et al., 2013 p. 2).

Ainda nesse sentido, Silva et al. (2013) afirmam que diante desse modelo de guerra econômica, grande parte dos administradores estão cientes de que suas decisões podem destruir as empresas concorrentes, porém, suas atitudes não mudam, mesmo estando cientes que a busca pela “maximização do lucro” causa custos sociais a todos os envolvidos nesse processo como por exemplo, a desestabilização de muitos trabalhadores, e que tal injustiça

social se legitima e se institucionaliza apoiada sob uma “consciência intransitiva, transitiva ingênua e até mesmo cínica” (SILVA et al., 2013 p. 2, grifo nosso).

Diante do exposto, a teoria organizacional torna-se um meio possível de trabalhar as questões sociais na formação do administrador e para tal se faz necessário que os conteúdos e métodos utilizados no ensino em administração possam estar em consonância com esse objetivo.

Nesse debate, Aktouf (2005) defende que o método de ensino de administração tem de estar associado ao seu conteúdo, ou seja, se o conteúdo e a meta deste ensino forem a reprodução, não haverá espaço para questões sociais:

Se, ao contrário, o conteúdo da formação do administrador estiver a serviço de um objetivo mais social, de uma visão coletiva e comunitária, o método vai ser radicalmente diferente. Porque não se trata de reproduzir o pensamento da minoria que são os *businessmen*, de descrever o que fazem, mas de dar a esta profissão um sentido compatível com um projeto social. O método vai, então, estar adaptado a um conteúdo totalmente diferente daquele ensinado na maioria das escolas de administração (AKTOUF, 2005 p. 154).

Silverman (1970) *apud* Mardsen e Townley (2001) argumentou contra o gerencialismo, o funcionalismo e o empirismo abstrato da ciência organizacional normal. Como alternativa, propôs a “estrutura de referência de ação” – que está mais para um método de análise das relações sociais dentro das organizações e menos para teoria. O autor propõe que exista uma pluralidade de metas concorrentes dentro da organização em oposição a “metas organizacionais” unitárias da ciência normal; mudou o foco do que se espera que as pessoas façam ou digam que fazem para o que eles de fato fazem. Segundo ele, se as organizações são criações em vez de entidades naturais, elas podem ser mudadas mediante a intervenção social.

Assim, como as teorias não condizem frequentemente com o cenário social em que estão inseridas, no Brasil, são poucos os referenciais usados no ensino de administração que condizem com a realidade brasileira, e por fim, acabam sendo responsáveis por formar profissionais que não conseguem se aprofundar na análise dos dados que tem à mão e, como consequência, não geram soluções alternativas que tenham a capacidade de provocar mudanças sociais (NETTO et al., 2016). Isso se deve ao fato de que o nascimento das teorias organizacionais está condicionado ao nascimento e desenvolvimento do capitalismo, no desenvolvimento da teoria clássica, a forma de gerenciamento capitalista, focada somente na produção e no lucro, e que perdurou até que a teoria da gerência tivesse respaldo teórico para ser criada (GURGEL; JUSTEN, 2015).

Outro ponto a se destacar é de que uma das bases da teoria crítica é que, de acordo com Demo (2011) *apud* Netto et al., (2016) “o capitalismo não consegue colocar os direitos humanos acima do mercado, ou fazer do mercado instrumento dos direitos humanos. Sua tendência é inverter esta relação de meio e fim” (DEMO, 2011 *apud* NETO et al., 2016 p. 283), isso explica a necessidade de que as teorias organizacionais precisam estar em consonância com as mudanças sociais, ao invés de estar totalmente atrelada a uma lógica de mercado na qual não há espaço para conciliação entre os mesmos.

De acordo com a perspectiva da ciência organizacional contra-normal, a organização é um artefato socialmente construído e dependente do observador (ontologia construtivista), que somente pode ser entendida, em termos de convenções metodológicas restritivas e localizada, sempre aberta a revisões e mudanças, (epistemologia relativista) (REED, 1998 *apud* MARDSEN E TOWNLEY, 2001).

A ciência organizacional contra-normal é a crítica sistemática da ciência organizacional normal desenvolvida durante os anos 70 que tentava “restabelecer o que a racionalização tem tentado remover de forma prática e o que a ciência normal tenta obscurecer de forma teórica: aquelas características humanas da organização que escapam aos cálculos – a afetividade humana” (MARDSEN E TOWNLEY, 2001).

Como dito por Drago (1992), o papel da organização é explorar o trabalho alienado em nome do funcionamento do sistema. Dessa forma, resta à teoria da organização, com alguma crítica:

- a) averiguar se existem incoerências entre um indivíduo e uma organização formal, caso encontrada a incoerência, deve ser amenizada para que esse conflito não prejudique nenhuma das partes envolvidas;
- b) partir da premissa de que o trabalho alienado será, no futuro, feito pela tecnologia, cabendo à organização, neste caso, o trabalho criativo.
- c) perceber que a evolução tecnológica das organizações aprimora os recursos humanos disponíveis, porém deixa os indivíduos dependentes da organização, e vice-versa.
- d) admitir que o sistema organizacional possua suas próprias contradições, o que o torna capaz de constante evolução.
- e) aceitar que o sistema gera a sua própria eficiência e que, embora a dominação seja inevitável, a individualidade deve ser preservada em prol da vida cotidiana.

Faria (2009) *apud* Webering (2010) propõe esquematizar o campo dos estudos organizacionais críticos em quatro áreas, são elas:

- a) teoria crítica frankfurtiana: que se baseia na Escola de Frankfurt;
- b) teoria crítica em estudos organizacionais: que tem como base o marxismo;
- c) *Critical Management Studies* (CMS): que desenvolve estudos críticos em gestão, na perspectiva da própria gestão;
- d) análise crítica em estudos organizacionais: “que se baseia em estudos segundo novas dimensões”.

O parecer CES/CNE nº 0146/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração bacharelado, diz que os cursos de administração devem contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

- a) conteúdos de formação básica: estudos relacionados com as Ciências Sociais, a Filosofia, a Psicologia, a Ética, a Política, o Comportamento, a Linguagem, a Comunicação e Informação;
- b) conteúdos de formação profissional, compreendendo Estudos da Teoria da Administração e das Organizações e suas respectivas funções, dos Fenômenos Empresariais, Gerenciais, Organizacionais, Estratégicos e Ambientais, estabelecidas suas inter-relações com a realidade social, objetivando uma visão crítica da validade de suas dimensões, bem como os aspectos legais e contábeis;
- c) conteúdos de formação complementar, compreendendo Estudos Econômicos, Financeiros e de Mercado, e suas inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e na utilização de novas tecnologias;
- d) conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias, abrangendo Pesquisa Operacional, Teoria dos Jogos, Modelos Matemáticos e Estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à Administração (BRASIL, 2002).

Em uma breve leitura do currículo mínimo de administração, constata-se o modelo Norte-Americano em seu formato. Segundo Ferreira e Marques (2016), o ensino atual de administração é considerado uma transferência de tecnologia desenvolvida nos Estados Unidos, pois as “instituições renunciaram à sua função como sujeito da história administrativa, para simplesmente repetir o que já vem sendo disseminado por outras instituições no Brasil e, principalmente, no exterior, ou seja, relegaram a investigação, o pensamento crítico e a discussão científica para serem meros reprodutores de conceitos” (FERREIRA E MARQUES, 2016 p. 4).

Desta maneira, o suporte teórico oferecido nos cursos de administração é compatível com a pluralidade e especificidades do campo de atuação do Administrador? Para Nicolini (2003), em sua crítica ao que chama de base fabril do modelo de ensino atual de administração, afirma que a ausência de originalidade das propostas, em relação à mudança do suporte teórico oferecido nos cursos de administração no Brasil, “aliado a rigidez da lei que regulamenta a área, traduz-se em uma formação sem espaço de destaque para a produção científica” e conseqüentemente incompatível com a pluralidade e especificidades das várias organizações em que um administrador atua (NICOLINI, 2003 p. 48).

É bastante comum a prática de repetir o currículo mínimo preconizado pelo Conselho Federal de Educação. (...) Comete-se assim o pecado de supor que, em tema tão amplo como a administração, é possível e desejável o domínio de todas as suas áreas de aplicação e, ainda pior, ignoram-se ou violentam-se as preferências e vocações de cada formando (MARTINS et al. *apud* NICOLINI, 2003 p. 48).

Nicolini (2003) continua sua crítica ao afirmar que desta maneira, o ensino de administração despersonalizado e fiel ao que dita o currículo mínimo “serve tão somente para a produção em massa de bacharéis. E as escolas de Administração, como estão estruturadas, mais se parecem com uma fábrica do que com um laboratório” (NICOLINI, 2003 p. 48). O autor conclui que ao final desse processo fabril espera-se, do futuro administrador, que ele tenha adquirido as habilidades necessárias tal qual “uma máquina que será capaz de operar – gerir e tomar decisões – dentro do que foi programada, completando assim o ciclo de transformação do aluno em um técnico aplicador de tecnologia estrangeira” (NICOLINI, 2003 p. 50).

Neste debate Aktouf (2005) se debruça sobre a questão do conteúdo, da mudança e da reprodução e pensa que: “é mais frequente que a formação de administradores se centre na lógica da reprodução, já que as escolas de gestão são ambientes conservadores e elitistas que formam administradores e teóricos que tenderão a reproduzir os mesmos modelos e o mesmo modo de pensar” (AKTOUF, 2005 p. 151).

Para Aktouf (2005), a formação em administração, frequentemente ignora a dimensão ideológica da mesma e a considera como uma ciência ou uma arte. O autor nega tal dimensão, tendo em vista que, segundo ele, a administração não é nem uma nem outra, “já que a ciência é feita para compreender e não para multiplicar, maximizar ou fazer dinheiro, e a arte é a busca do estético, da emoção, que não se avalia em dinheiro”. Ele considera que o conteúdo de administração possui além de sua dimensão ideológica e doutrinária três características dominantes que deveriam sofrer reformas para promover uma mudança na lógica de reprodução, dando espaço a lógica de verdadeira mudança: “a) a definição restrita de

administração centrada na predominância do fator capital e na preocupação do enriquecimento individual; b) a onipresença dos aspectos quantitativos, em particular a do cálculo econômico; e c) a falta de cultura geral na formação de administração (AKTOUF, 2005 p. 152).

Ainda remetendo à tendência de reprodução do modelo mecanicista dentro das instituições de ensino, em particular, as voltadas à educação em Administração, Ghoshal (2005) *apud* Paes de Paula e Rodrigues (2006) afirma que “quando a atuação gerencial é influenciada pelas teorias do *management*, em geral, o efeito é negativo, pois boa parte delas é ideologicamente amoral, excessivamente causal e funcionalista, de forma que não estimula nos estudantes nenhum senso de responsabilidade” (GHOSHAL, 2005 *apud* PAES DE PAULA E RODRIGUES, 2006 p. 11). Concomitante a isso Aktouf (2005), observa que, no ensino de administração, o capital é o único fator de risco, dentre os três fatores de produção (o capital, o trabalho e os recursos naturais) e cujo administrador é o representante. Ao desempenhar este papel, de representante do capital, o futuro administrador tende a agir de forma patológica e desconectada da realidade.

Desta forma, o ensino de administração dever-se-ia desvencilhar-se da ideologia do capital como único fator que corre risco e que se atribui todo o direito, relegando os outros fatores de produção, o trabalho e os recursos naturais, ao compreender que os interesses entre esses três fatores são divergentes. O autor denuncia que essas contradições e oposições fundamentais entre os fatores não são ensinadas nas escolas de administração, pois há a predominância demasiada ao cálculo e a matematização da reflexão e que isso acarreta em vários perigos. Nesse debate o autor propõe uma reabilitação na formação do administrador ao retomar grandes pensadores clássicos como Adam Smith e Karl Marx (AKTOUF, 2005):

A leitura desses autores é fundamental; ela repousa sobre o estudo dos textos originais e não sobre excertos ou sobre interpretações. Com efeito, para esses pensadores, as preocupações econômicas não estavam dissociadas das questões de ética ou das do bem-estar coletivo...A reabilitação dos grandes autores clássicos apela para uma maior cultura geral nos conteúdos de ensino de administração (AKTOUF, 2005 p. 153).

Assim, quando se examina a organização do ensino de administração no Brasil nota-se que a mesma está voltada à preparação de profissionais para as empresas privadas e que, nesse sentido, faz-se interessante levantar a necessidade de uma possível mudança na pedagogia do ensino, levando os estudantes a terem uma postura mais reflexiva crítica, que favoreça o pensamento autônomo e a liberação (emancipação) de pressupostos condicionados sobre o mundo, sobre os outros e sobre si, cruciais para o mundo do trabalho, para a cidadania

e para a tomada de decisões morais. Além disso, fomentar a noção de interesse coletivo em ações que em longo prazo trazem enriquecimento gradual para a humanidade, em vez de ações que em curto prazo não trazem significação para a maioria, apenas para alguns indivíduos.

Desta forma, as organizações tornam-se pontos centrais neste cenário e automaticamente causa e efeito das principais mudanças ocorridas nos últimos tempos. Elas afetam direta ou indiretamente a vida da maioria da população do mundo, “seja na forma de geração de emprego e de renda, na produção de bens e serviços ou na criação de subprodutos intencionais e não intencionais, que trazem resultados tanto benéficos quanto nocivos à sociedade e ao meio ambiente” (AXLEY; MCMAHON, 2006 *apud* ANTONELLO E CLOSS, 2010 p. 21). Os gestores, segundo Antonello e Closs (2010), nesse contexto, ganham importância tal qual sua aprendizagem, pois o tempo de aprender tornou-se permanente e com isso há a “necessidade de desenvolvimento de um patamar de consciência mais elevado especialmente por parte dos gestores” tendo em vista as repercussões do seu trabalho na sociedade e no meio ambiente (ANTONELLO E CLOSS, 2010 p. 21).

“As instituições de ensino, no entanto, sobretudo as voltadas à educação em Administração, tendem a reproduzir o modelo mecanicista das organizações do mundo industrializado e demonstram limitações para tratar dos desafios atuais” (AXLEY; MCMAHON, 2006; NICOLINI, 2003 *apud* ANTONELLO E CLOSS, 2010 p. 21).

Ainda segundo Antonello e Closs (2010), o ensino de administração para formar profissionais capazes de administrar organizações que estão permeadas de responsabilidades e desafios da atualidade necessita, pela busca de “novos modelos e processos de ensino que provoquem a transformação do pensamento e possibilitem, concomitantemente, o tratamento das dimensões econômicas, éticas, políticas, sociais e ambientais” (ANTONELLO E CLOSS, 2010 p. 21). Para as autoras, o ambiente organizacional está permeado de complexidade, paradoxos, incertezas e um contexto global permeado por constantes inovações tecnológicas, influenciado por problemáticas éticas, políticas, ambientais e econômicas e que atuar nesse ambiente demanda possivelmente a ampliação de perspectivas por parte dos gestores e que para tal a compreensão dos processos de aprendizagem dos mesmos inseridos nesse contexto dinâmico passa a ser tema de grande importância no mundo contemporâneo (ANTONELLO E CLOSS, 2010).

Para Antonello e Closs (2010) as diversas críticas sobre o ensino em Administração têm como foco o papel dos gestores, que são considerados vilões quando levado em conta “o impacto de seu trabalho na vida das pessoas”, mas, também vítimas, quando levado em conta

“a crescente precariedade do mundo do trabalho”, que gera a necessidade de novas aprendizagens que possuem visões distintas acerca da aprendizagem gerencial sob o enfoque da educação em Administração (ANTONELLO E CLOSS, 2010 p.23).

As autoras afirmam que os grupos que tecem críticas à educação em administração se resumem em dois grandes grupos: O grupo originário dos estudos de Henry Mintzberg e colaboradores que questionam a eficácia dos programas utilizados na capacitação dos gestores, como por exemplo, os MBA's, e o segundo grupo que tece críticas à educação em administração representada por autores filiados aos *Critical Management Studies* que contestam a visão de que as organizações são frutos de um complexo processo sócio históricos, que os interesses administrativos são universais e criticam o domínio da instrumentalidade e da competição no imaginário organizacional. O primeiro grupo possui ênfase voltada para a aprendizagem experiencial, baseada nas vivências dos gestores e dispensa a importância das interações no processo de aprendizagem, pressupondo que a aprendizagem ocorre apenas “quando uma pessoa é capaz de refletir sobre suas ações, reorganizando e reconstruindo suas experiências”. O segundo grupo possui ênfase voltada para a crítica da educação gerencial que possui “excessiva redução da complexidade dos fenômenos estudados; tendência à acentuação da instrumentalidade (reprodução de técnicas ao invés de realizar diagnósticos); menor efetividade de conteúdos e métodos; reduzido incentivo à autonomia e “mercadorização do ensino” (ANTONELLO E CLOSS, 2010 p. 23).

Para Antonello e Closs (2010) os grupos que tecem crítica ao ensino de administração gerencial possuem a mesma visão no sentido de destacarem o papel da reflexão nos processos de aprendizagem gerencial, porém o segundo grupo ressalta principalmente a reflexão crítica. Para elas está claro que reflexão crítica é qualitativamente diferente do conceito de reflexão:

A reflexão focaliza o imediato, apresenta e discute detalhes de uma tarefa ou problema, estabelece uma análise de natureza mais prática e técnica. A reflexão crítica envolve análise do poder, controle e exame da construção dentro da qual a tarefa ou problema estão situados. A teoria da aprendizagem experiencial, que sustenta a noção de reflexão, leva em conta aspectos causais na resolução de um problema. A análise do contexto está frequentemente autorreferenciada, mas raramente envolve a análise dos processos sociais e políticos, atuais ou históricos. (ANTONELLO; CLOSS, 2010 p. 35).

Ainda nesse debate, outros autores concordam com a necessidade da reflexão crítica no ensino em administração, entretanto, eles ressaltam a dificuldade que é desafiar o sistema dominante que está posto na maioria das escolas de ensino em administração:

Refletir criticamente sobre o ensino em Administração é um desafio enorme, pois questiona-se o sistema dominante, o profissional envolvido, as instituições e os órgãos regulamentadores, os quais, não estão abertos a críticas. Ademais, questiona-se as correntes teóricas que norteiam este ensino, pois são falhas ao buscar inter-relações entre as diversas teorias que se apresentam, enfatizando, na maioria das vezes, aquelas com caráter funcionalista-instrumental. Diante desses dilemas, as instituições voltadas para o ensino em Administração, aparecem como uma possibilidade para modificar essa realidade, no entanto, observa-se que por questões políticas e que envolvem poder, elas não conseguem exercer o papel de agente de mudança neste contexto (SILVA et al., 2013 p. 10).

Ainda seguindo esta abordagem crítica no ensino da administração, esse trabalho se propõe a analisar a organização das disciplinas de teorias organizacionais e identificar que abordagem evidencia esta organização, tomando por base uma classificação que distingue os autores que trabalham a crítica ao gerencialismo na administração que se respaldam em rigores científicos e grandes pensadores como Adam Smith, Karl Marx e Max Weber, e entre os autores que trabalham a gestão para o ensino de administração.

3.3 SÍNTESE

Diante das exposições sobre o desenvolvimento das teorias organizacionais, que se originaram por meio de várias concepções distintas e que receberam contestações ao longo do tempo, conclui-se que as teorias organizacionais da ciência “normal” contribuem com a manutenção de um “homem unidimensional” (FARIA e MENECHETTI, 2007), tanto em suas versões (taylorista/fordista), quanto igualmente em suas vertentes pós-fordistas ou flexibilizadas. (TENORIO, 2000).

Entretanto, as teorias da ciência organizacional “contra-normal” contribuem com uma crítica sistemática à ciência organizacional “normal” e argumentam contra o gerencialismo, o funcionalismo e o empirismo abstrato da mesma. Neste contexto, a teoria crítica, se apresenta como uma alternativa para a compreensão da realidade social, proporcionando uma compreensão mais apurada do modelo de pensamento dominante (NETTO et al., 2016).

Vê-se então, que as correntes crítica e gerencialista possuem fundamentos e epistemologias distintas. A primeira, respectivamente falando, se apresenta como fomento ao processo de emancipação coletiva, ao mesmo tempo em que rejeita a lógica gerencialista da segunda, que serve ao poder e a dominação de pensamentos, ações e internalizações com o fim único de manter em pleno funcionamento o sistema vigente, conforme mostra o quadro 1-síntese das Teorias Gerencial e Crítica. Os aspectos relacionados nesse quadro referente às

teorias gerenciais e críticas, são utilizados nesta pesquisa para analisar a organização da disciplina de Teorias Organizacionais.

Quadro 1 – Síntese das Teorias Gerencial e Crítica.

Teoria	Síntese
Gerencialismo	<p>Modelo de gestão baseado no neoliberalismo (crença numa sociedade de mercado livre; Adoção de ferramentas de gestão empresarial na educação; Ênfase no controle, eficiência e competitividade; Ênfase no culto da excelência (indivíduo auto-empresendedor); Modelo de gestão com fins de defesa do capital; Os problemas organizacionais bem como os de ordem social podem ser resolvidos pela aplicação da perícia técnica; Crença na ideologia de controle, progresso e ordem; Ator principal dessa teoria: o gerente, pois o mesmo é o defensor do principal capital de risco da organização, ou seja, o capital; Crença de que o progresso social ocorre por meio de contínuos aumentos na produtividade econômica; Utilização de força de trabalho disciplinada com o ideal de produtividade.</p>
Crítica	<p>Utiliza-se de pressupostos do Marxismo para explicar a formação do indivíduo enquanto elemento que compõe o corpo social; Contradições: os fatos se alteram, a sociedade contesta a realidade com base nas condições materiais e suas experiências; Ideologia dominante: a maneira que a realidade se retrata impede a sociedade de ter consciência da sua história; Emancipação: buscar dar autonomia à sociedade e para tanto precisa oferecer o esclarecimento necessário; Fomenta a consciência individual e coletiva: o limite para compreender a realidade é a sociedade não reconhecer a si própria; Traz a necessidade da reflexão crítica nos estudos e ensino em Administração; Alerta para necessidade de se esclarecer a sociedade quanto às ordens instituídas.</p>

Fonte: dados pesquisados pela autora, 2018.

Em síntese, o direcionamento dos cursos de Administração para uma perspectiva gerencialista é crescente. Estando cada vez mais entrelaçado com a visão de excelência empresarial e de constituição de ferramentas e práticas que supostamente conduzem ao estado de “perfeição empresarial”. O resultado disso é o empobrecimento do ensino em Administração com abordagens teóricas organizacionais limitadas ao campo mercadológico. Com isso, é necessário trazer à luz reflexões críticas que promovam a ênfase no tratamento das dimensões políticas, sociais e ambientais, expandindo a concepção de organização para além do empresarial.

Nessa dissertação, é explanado acerca dessas duas abordagens antagônicas e como são refletidas no ensino em Administração. Assim, este trabalho se encarregou de analisar se essas

abordagens estão presentes nas disciplinas de Teorias Organizacionais e como estas são apresentadas nos cursos de Administração ofertados pelas instituições de ensino pesquisadas. Os aspectos relacionados no quadro 1 referente as teorias gerenciais e críticas são utilizados nesta pesquisa para analisar a organização da disciplina de Teorias Organizacionais.

Para isso, foi realizada a análise do ensino das Teorias Organizacionais em três faculdades particulares aqui denominadas com pseudônimos A, B e C. O próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na condução da pesquisa e na análise dos dados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como estão organizadas as disciplinas de Teorias Organizacionais dos cursos de Administração das universidades particulares de Rio Branco-AC. Para alcançar este objetivo, primeiramente foi realizado um processo de familiarização com o tema. Foram pesquisados artigos científicos, teses, referencial bibliográfico, mídias nos sites de pesquisa acadêmica como Google Acadêmico e outros, traçando desse modo os objetivos do estudo.

Realizado o processo de familiarização com o tema, foi necessário delimitar o campo de pesquisa levando em consideração as possibilidades e a factibilidade do trabalho. Assim as organizações a serem pesquisadas foram as faculdades particulares de ensino presencial, que oferecem o curso de graduação em Administração na cidade de Rio Branco-AC, ou seja, todas as faculdades existentes na cidade foram pesquisadas, o que corresponde a três organizações.

Logo foram iniciadas as visitas às faculdades particulares de Rio Branco-AC, com a finalidade de coletar dados inerentes a atuação destas IFES no ensino de graduação em Administração. Foram coletados os seguintes documentos: grade curricular e planos de ensino. Simultaneamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes, alunos e coordenadores dos cursos de graduação em Administração.

Dos docentes e coordenadores buscou-se investigar suas ações na atividade de lecionar a disciplina de Teorias Organizacionais (organização da disciplina, bibliografias, metodologias, etc.), e também seus pontos de vista acerca da abordagem adotada. Dos alunos, investigou-se como estes percebem a disciplina de Teorias Organizacionais e se de alguma forma já tiveram conhecimento acerca das Teorias Críticas. Ao todo, foram entrevistados quinze alunos, seis professores e três coordenadores das três faculdades particulares de Rio Branco-AC. Com o objetivo de assegurar o anonimato dos entrevistados são utilizados pseudônimos.

Na coleta de dados foram definidos os documentos a serem coletados e os sujeitos a serem entrevistados (alunos, professores e coordenadores). Os sujeitos a serem entrevistados foram selecionados seguindo premissas lógicas da própria pesquisa, ou seja, os coordenadores do curso de Administração e os professores que lecionam as disciplinas de Teorias Organizacionais. Quanto à seleção dos alunos, esta foi feita por parte dos professores e coordenadores que mediante a importância da pesquisa buscaram indicar alunos que são considerados bons alunos, levando em consideração a assiduidade e participação em sala de aula.

Nesta pesquisa qualitativa em Administração, foi utilizada a técnica de análise de conteúdos, abordadas por Dellagnelo e Silva (2005) que define como etapas: Pré-análise, Exploração e Interpretação.

Na etapa de Exploração, foi realizada a classificação dos dados de maneira que facilitasse a interpretação. Para Dellagnelo e Silva (2010, p. 110) entre as possibilidades de categorização, a mais utilizada é a análise por temas ou análise temática: “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis de acordo com o problema pesquisado”.

Tanto nas entrevistas quanto nos documentos, buscou-se identificar ideias, opiniões e expressões em comum e agrupá-las por temas, utilizando a técnica de categorização por temas como: alunos (motivação para escolha do curso de administração; percepção da Administração; percepção da disciplina de Teorias Organizacionais; expectativas em relação à profissão de administrador), professores e coordenadores (trajetória acadêmica; trajetória profissional; percepção da Administração; percepção da disciplina de Teorias Organizacionais; metodologia de ensino). No que concerne aos documentos analisados (projetos pedagógicos do curso e planos de ensino das disciplinas de Teorias Organizacionais), buscou-se ainda identificar as bibliografias e os conteúdos programáticos para analisar como estão organizadas as disciplinas e quais correntes teóricas predominam nas mesmas.

Na etapa de Interpretação, a partir dos materiais empíricos e dos referenciais teóricos disponíveis, estabeleceram-se relações, e buscou-se compreender os fenômenos a partir da Teoria Crítica em Administração. Buscou-se explicar os achados e responder as questões que foram propostas nesta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS FACULDADES, ESTRUTURA CURRICULAR E PLANOS DE ENSINO.

O curso de Administração no Estado do Acre foi iniciado há vinte anos. Das faculdades que oferecem o curso, optou-se por escolher especificamente as faculdades que o oferecem na modalidade presencial, o que corresponde ao total de três faculdades, que aqui serão designadas como: A, B e C.

A faculdade (A) atua há três anos, oferecendo o curso de graduação em Administração por meio de seis turmas, exclusivamente no período noturno. O que equivale a um número de 278 (duzentos e setenta e oito) alunos. O quadro docente do curso de Administração da faculdade A possui um total de onze professores. Quanto à qualificação dos docentes de todo o curso de Administração, um docente possui pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de doutorado, três docentes possuem pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado e sete docentes possuem pós-graduação *Lato Sensu* em nível de especialização. No que concerne à qualificação do quadro docente responsável por ministrar a disciplina de Teorias Organizacionais, dos três entrevistados, dois docentes possuem pós-graduação *Lato Sensu* em nível de especialização e um docente possui pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado. Os três docentes entrevistados são formados em Administração pelas faculdades (B e C).

O preço cobrado mensalmente para cursar a graduação em Administração na faculdade (A) está no valor de R\$ 564,06 (quinhentos e sessenta e quatro reais e seis centavos) e corresponde ao segundo menor valor entre as faculdades pesquisadas.

Identificou-se que a maior parte dos alunos, trabalha durante o dia e estudam à noite. Dos cinco alunos entrevistados, apenas um mencionou dedicar-se integralmente aos estudos, sendo também bolsista do PROUNI². Os outros quatro alunos trabalham em empresas privadas com atuação em áreas administrativas variando a renda de um a dois salários mínimos. A faixa etária dos alunos é em sua maioria superior a 21 anos, ou seja, dois alunos

²O Prouni (Programa Universidade para Todos) é um programa criado pelo Ministério da Educação em 2004 que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. As bolsas concedidas - integrais (100%) ou parciais (50%) - são destinadas a estudantes brasileiros de baixa renda e sem diploma de nível superior.

com idade de 22 anos, um aluno com idade de 21 anos, um aluno com idade de 30 anos e o último aluno com idade de 34 anos.

A faculdade (B), que oferece o curso de graduação em Administração há vinte anos, possui seis turmas, sendo duas turmas no período da tarde e quatro turmas no período da noite, o que equivale a um total de 345 alunos. O quadro docente do curso de Administração da faculdade (B) possui um total de vinte e seis professores. Quanto à qualificação dos docentes de todo o curso de Administração, nove docentes possuem pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado e dezessete docentes possuem pós-graduação *Lato Sensu* em nível de especialização. Se tratando da qualificação do quadro docente responsável por ministrar especificamente a disciplina de Teorias Organizacionais identificou-se um professor com pós-graduação em nível de mestrado e dois professores em nível de especialização.

O preço da parcela mensal cobrado para cursar a graduação em Administração corresponde ao menor das três faculdades pesquisadas, ou seja, R\$ 476,00. Constatou-se também a diferença no perfil discente em comparação a faculdade (A) no que se refere à idade e renda familiar.

Os alunos, além de serem mais jovens (os cinco entrevistados possuem entre dezoito e vinte e dois anos), principalmente aqueles que cursam no período vespertino, por vezes, dedicam-se exclusivamente aos estudos, sendo a mensalidade custeada pela família. Dos cinco alunos pesquisados, identificou-se que: quatro estão dedicados integralmente aos estudos e um aluno é beneficiário do PROUNI e estagiário do setor público.

A faculdade (C) atua oferecendo o curso de graduação em Administração há quinze anos. É a maior e mais cara das três faculdades pesquisadas, onde o valor mensal do curso corresponde a um total de R\$ 914,69. Possui oito turmas em Administração, exclusivamente no período noturno totalizando 290 (duzentos e noventa) alunos.

O quadro docente do curso de Administração é formado por vinte e quatro professores, onde três docentes possuem pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de doutorado, 11 (onze) docentes possuem pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado e 10 (dez) docentes possuem pós-graduação *Lato Sensu* em nível de especialização. No que concerne ao quadro docente, responsável por ministrar a disciplina de Teorias Organizacionais, o mesmo é formado por 02 (dois) docentes que possuem pós-graduação *Lato Sensu* em nível de especialização. Constatou-se também que o perfil discente é bem diversificado em comparação com as faculdades (A e B), no que se refere à idade e renda familiar.

Os alunos têm entre vinte e dois e vinte e sete anos (três alunos têm vinte e dois anos de idade, um aluno vinte e três anos de idade e um aluno têm 27 anos de idade). Quanto à

renda, identificou-se que quatro dos entrevistados possuem renda a partir de três salários mínimos. Ainda houve um dos entrevistados que relatou estudar na faculdade apenas por ser beneficiário do PROUNI, e que de outra maneira, não teria condições de custear seus estudos.

Tabela 3–Qualificação Docente dos Cursos de Administração das Faculdades Pesquisadas

FACULDADES	DOCTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO
A	1	3	7
B	0	9	17
C	3	11	10

Entre as três faculdades pesquisadas, identificou-se similaridade em relação à estrutura curricular do curso de graduação em Administração. Segue o quadro 2 com as informações referentes a distribuição de disciplinas do curso.

Quadro 2 – Distribuição de disciplinas dos cursos de Administração

Universidade	Disciplinas
Comum a todas faculdades	Contabilidade
	Teoria geral da administração
	Pessoas
	Administração de Sistemas de Informação
	Empreendedorismo
	Projetos
	Administração de materiais e patrimônios
	Administração pública
	Administração financeira e orçamentária
	Administração estratégica
	Administração de produção
	Comércio exterior
	Marketing/Mercado
	Organização, sistemas e métodos
	Sociologia
	Direito empresarial
	Metodologia científica
	Economia
	Matemática
Estatística	
Informática e/ou Tecnologia da Informação	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	
Faculdade (A)	Gestão em serviços
	Gestão de custos
	Gestão da qualidade e da produtividade
	Criação e desenvolvimento de empresas
Faculdade (B)	Tópicos especiais de administração
	Logística empresarial
	Filosofia e ética
	Leitura, produção e interpretação de texto
	Economia regional, nacional e mundial
Psicologia organizacional	

Cont.

Cont.

Faculdade (C)	Gestão do conhecimento
	Tópicos especiais de administração
	Logística
	Comunicação empresarial
	Ética, política e sociedade
	Direito administrativo
	Matemática Financeira
	Legislação trabalhista e previdenciária
	Mercado financeiro
	Responsabilidade social e ambiental

Fonte: Dados construídos pela autora resultado da pesquisa de campo, 2018.

Como exposto no parágrafo anterior ao quadro, identificou-se que grande parte da estrutura é comum a todas as universidades, não havendo uma diferença tal que se mostre uma perspectiva diferenciada dos referidos cursos e faculdades. Ressalta-se também que nenhuma estrutura curricular aborda disciplinas voltadas às especificidades da região em que atuam, ou seja, a região amazônica, onde as principais atividades econômicas se dão na área de extrativismo e de serviços. Desta forma, a estrutura curricular dos cursos está focada quase que em sua totalidade somente para empresas, não contemplando assim outras formas de organizações que não sejam as empresas privadas.

Ainda neste sentido, para Nicolini (2003), o ensino atual de Administração é considerado mais uma transferência de tecnologia desenvolvida nos Estados Unidos, pois as instituições renunciaram à sua função como sujeito da história administrativa, para simplesmente repetir o que já vem sendo disseminado por outras instituições no Brasil e, principalmente, no exterior, ou seja, relegaram a investigação, o pensamento crítico e a discussão científica para serem “meros reprodutores de conceitos”. Segundo o autor, a falta de autenticidade das propostas, somada à rigidez da lei que regulamenta a área, reflete uma formação homogênea e sem lugar para a notoriedade da produção científica.

É bastante comum a prática de repetir o currículo mínimo preconizado pelo Conselho Federal de Educação. (...) Comete-se assim o pecado de supor que, em tema tão amplo como a administração, é possível e desejável o domínio de todas as suas áreas de aplicação e, ainda pior, ignoram-se ou violentam-se as preferências e vocações de cada formando (MARTINS et al. *apud* NICOLINI, 2003, p 48).

De acordo com a análise da estrutura curricular dos cursos de Administração em Rio Branco-AC, vê-se que as disciplinas não condizem com o cenário social em que estão inseridas. Isso se compara ao restante da realidade do nosso país. No que diz respeito ao ensino de Administração, como apregoa Netto que diz “que no Brasil são poucos os referenciais usados no ensino de administração que condizem com a realidade brasileira, e por

fim, acabam sendo responsáveis por formar profissionais que não conseguem se aprofundar na análise dos dados que tem à mão e, como consequência, não geram soluções e alternativas que tenham a capacidade de provocar mudanças sociais” (NETTO et al., 2016).

No que se refere ao conteúdo programático e bibliográfico das disciplinas de Teorias Organizacionais, identificou-se que em todas as faculdades pesquisadas, A, B e C, os docentes adotam a bibliografia de Idalberto Chiavenato e Antônio César Amaru Maximiano³, ambos seguem uma abordagem da Teoria Organizacional Gerencialista, conforme quadro 3:

Quadro 3 – Bibliografia Básica da disciplina de Teoria Geral da Administração

Universidade	2014	2015	2016
Comum a todas faculdades	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da Administração. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.		
	MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da Administração: da revolução urbana a revolução digital – 2006. Editora Atlas.		
Faculdade (A)	ARAÚJO, Luiz César Gonçalves. Teoria geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2004; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. Teoria geral da administração. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011; DRUCKER, Peter. Introdução à Administração. São Paulo: Pioneira, 2010.		
Faculdade (B)	Kwasnicka, Eunice Lacava. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2006.		
Faculdade (C)	ARAÚJO, Luiz César Gonçalves. Teoria geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2004; BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro. Teoria geral da Administração: Gerenciando Organizações. São Paulo: Saraiva, 2010.		

Fonte: Dados construídos pela autora resultado da pesquisa de campo, 2018.

Foi identificada a presença de alguns autores que seguem uma abordagem crítica, tais como: Fernando Claudio Prestes Motta e Omar Aktouf, conforme quadro 4 a seguir.

³Livre-docente, Doutor e Mestre em Administração pela USP. Professor de administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA), na qual é responsável pela disciplina Gerenciamento de Projetos, na graduação e no Mestrado Profissional em Empreendedorismo. Maximiano também é Coordenador de Projetos na Fundação Instituto de Administração (FIA). Administração Geral, Administração de Projetos, Qualidade Total e Recursos Humanos são suas áreas de atuação no ensino e na pesquisa. Fonte: www.genjuridico.com.br

Quadro 4 – Bibliografia complementar da disciplina de Teoria Geral da Administração

Universidade	2014	2015	2016
Comum a todas faculdades	KWASNICKA, Eunice Lacava. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2006. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2012. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da Administração: da revolução urbana a revolução digital – 2008. Editora Atlas.		
Faculdade (A)	ARAÚJO, Luiz César Gonçalves. Teoria geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2004. OLIVEIRA, Djalma de Pinho R. de. Teoria geral da Administração: edição compacta. São Paulo: Atlas, 2012.		
Faculdade (B)	MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Editora Pioneira, 22ª Edição. TAYLOR, Frederick W. Princípios de Administração Científica. São Paulo: Atlas, 1990.		
Faculdade (C)	BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro. Teoria geral da Administração: Gerenciando Organizações. São Paulo: Saraiva, 2010. GENETT, M. O Poder de delegar: aumente sua eficiência e melhore sua vida. 8ª ed. Rio de Janeiro. Best Seller, 2010. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria geral da Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		

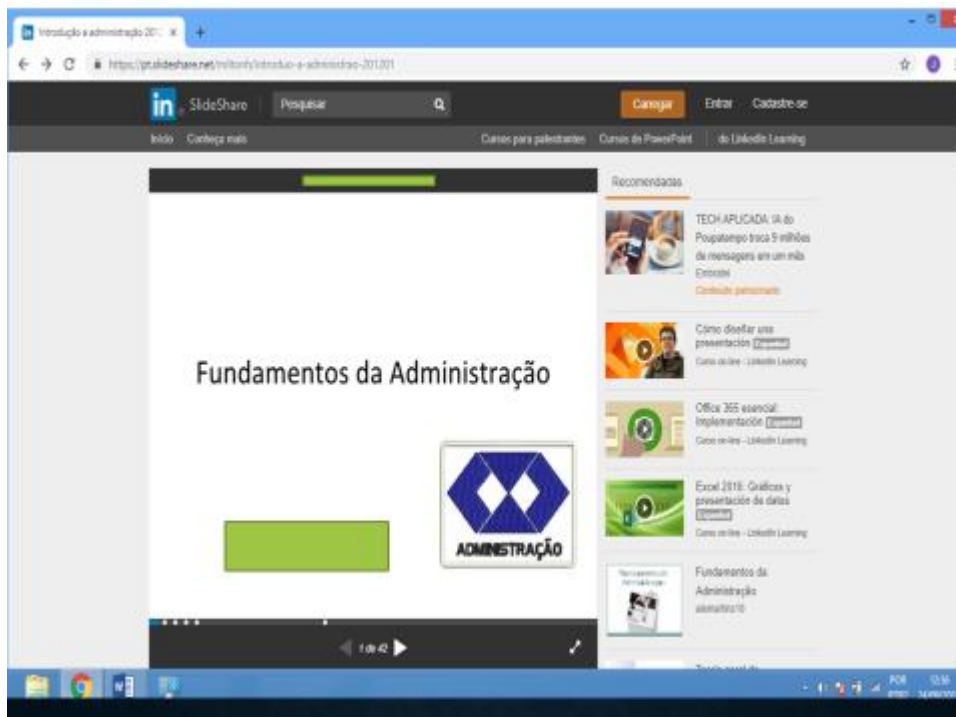
Fonte: Dados construídos pela autora resultado da pesquisa de campo, 2018.

Estes autores são utilizados apenas como bibliografia complementar e não são expostos em sala de aula. Inclusive, nos relatos dos docentes durante a pesquisa, foi averiguado que nunca expuseram estes autores em suas aulas, predominando os autores da abordagem gerencialista. Ainda nesse sentido, foi identificado que não são referenciados os autores originais das teorias organizacionais, mesmo os que foram citados nas referências, Taylor e Drucker, não são utilizados seus textos originais, mas sim manuais, pois no decorrer das entrevistas com os alunos, os relatos dos mesmos é de que se utiliza para o ensino o uso de manuais, estudos de casos e livros de empreendedores.

É importante atentar para as implicações do uso de manuais predominantemente nestas disciplinas. A primeira delas é a constatação de que os estudantes não têm acesso ao texto original e sim a intérpretes. Assim, os estudantes não podem conhecer toda a riqueza das discussões traçadas pelo autor original e nem a sutileza das análises que faz, posto que os intérpretes fazem necessariamente uma síntese das discussões do autor. Além disso, para alguns autores, como é o caso notório de Weber, as interpretações costumam apresentar distorções importantes. O uso de manuais também empobrece a percepção dos estudantes sobre a importância do conhecimento de estudos acadêmicos, fortemente embasados teórica e empiricamente, ratificando assim, a tendência da área ao uso de textos de divulgação com pouco embasamento científico.

Em referência ao uso de manuais no ensino de administração nas faculdades privadas, há de se ressaltar as formas de controle que existem e moldam toda a estrutura curricular e bibliográfica. Várias faculdades particulares possuem material didático pronto, o qual é repassado ao docente para utilização em sala de aula. O docente não possui autonomia para selecionar as bibliografias que serão utilizadas no decorrer do processo de ensino. Ademais, outro fator que empobrece o ensino, é a existência de materiais prontos, como por exemplo, slides dos livros manuais de autores, como Chiavenato, Maximiano, entre outros, que estão disponíveis nos sites de buscas na internet. Isto facilita, bem como direciona o trabalho dos professores para uma lógica gerencial. A figura a seguir demonstra um exemplo dos variados tipos de materiais prontos e de fácil acesso na internet.

Figura 1 – Material Pronto de Administração disponível na internet



Fonte: Introdução à administração 2012. <https://pt.slideshare.net/miltonh/introduo-a-administracao>.

Identificou-se de acordo com o quadro 5 que as faculdades de Rio Branco-Acre estão engajadas em um ensino da Administração voltado a uma dimensão gerencialista e que os conteúdos das Teorias Organizacionais são concebidos e repassados de acordo com essa lógica. Ao analisar os conteúdos comuns a todas as faculdades, nota-se que os mesmos referem-se às teorias da administração e que as mesmas são apresentadas em uma sequência

cronológica, ou seja, os conteúdos expõem desde os antecedentes históricos da administração até a abordagem contingencial.

Em relação aos conteúdos que são trabalhados nas disciplinas de Teorias Organizacionais por cada faculdade individualmente, identificou-se que os mesmos são conteúdos de formação estritamente empresarial, ou seja, conteúdos que perseguem uma lógica gerencial.

Quadro 5 – Conteúdo Programático da disciplina de Teoria Geral da Administração

Universidade	2014	2015	2016
Comum a todas faculdades	a) Administração na sociedade moderna e perspectivas futuras da Administração; b) Antecedentes históricos da Administração: Filósofos; Organização da Igreja Católica, da Organização Militar e da Revolução Industrial; Influência dos economistas liberais, influência dos pioneiros e empreendedores; c) Administração Científica; d) Teoria Clássica da Administração; e) Abordagem Humanista – Teoria das Relações Humanas; f) Abordagem Neoclássica da Administração; g) Administração por objetivos; h) Abordagem Estruturalista e o Modelo Burocrático da Administração; i) Abordagem Contingencial; e j) Teoria do Desenvolvimento Organizacional.		
Faculdade (A)	Sistemas de Informações Empresariais; Sistemas de Processamento de Transações; Balanced Scorecard; Plano de Gestão Integrada; Modelos de reorganização contemporâneos: downsizing, rightsizing, reengenharia, readministração; Gestão da Qualidade Total; e Ferramentas de Gerenciamento.		
Faculdade (B)	Escola de Posicionamento: modelo do Boston Consulting Group; Sistemas Orgânicos e Mecânicos; Conflitos Organizacionais; e Características e disfunções da Burocracia.		
Faculdade (C)	O processo gerencial: planejamento, organização, direção e controle nos níveis estratégico, tático e operacional; As grandes áreas da Administração: finanças, marketing, recursos humanos, produção e operações; Eficiência, Eficácia e competitividade; As Organizações e o seu ambiente; Teorias da motivação; e A liderança nas Organizações.		

Fonte: Dados construídos pela autora resultado da pesquisa de campo, 2018.

Em suma, os conteúdos, as bibliografias e a organização da disciplina de Teorias Organizacionais das faculdades de Rio Branco-AC que foram analisadas nesta pesquisa, possuem um formato engessado em relação ao currículo mínimo e não diferem em quase nada de uma para outra faculdade. Tal realidade faz com que continue sendo reproduzida a lógica

gerencialista e isso corrobora com alguns prejuízos para o ensino desta profissão. Essa realidade está confirmada no que diz Martins et. al (1997), que ao confrontar os currículos acadêmicos e os conteúdos dos programas de desenvolvimento profissional de administradores, sejam nacionais ou estrangeiros, é possível deduzir que, salvo algumas especificidades, fundamentalmente, o conteúdo de formação do administrador não difere muito de região para região ou ainda, entre diferentes sociedades e culturas.

Para Aktouf (2005) a formação de administradores é voltada para a lógica da reprodução e não para a mudança do que está posto. Isto se deve ao fato das escolas de gestão consistirem em ambientes conservadores e elitistas que formam profissionais de administração e teóricos que serão propensos a reproduzir os mesmos modelos e formas de pensar. Isso acarreta a falta de personalização e a subordinação sem questionamentos ao currículo mínimo. Formando profissionais da mesma forma que uma indústria de produção em massa produz suas mercadorias (NICOLINI, 2003).

5.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.

Atualmente, considerando que vivemos em uma sociedade que segue os parâmetros do modo de produção capitalista, estamos em meio à profunda alienação onde há frequente inibição do potencial crítico do homem. Onde sua consciência individual sofre as influências da concepção de propriedade privada disseminada pelos capitalistas.

Em atenção às premissas marxistas, o trabalho é reconhecido como “criador de valores de uso, e como trabalho útil é uma condição de existência do homem independente de todas as formas sociais. O trabalho útil é uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (HARVEY, 2013 p. 36). Contudo, no capitalismo, o homem trabalhador limita-se a um ser detentor de mão-de-obra, o trabalho assume a forma de necessidade de ganhar a vida e o seu caráter de elemento emancipador na sociedade é bloqueado. A consciência alienada faz com que o homem almeje possuir dinheiro e propriedades privadas, embora isso só pertença a uma minoria, que ao mesmo tempo se configura como a classe dominante: a burguesia. Além da busca incessante por ter bens, tudo ao seu redor tende a ser condicionado ao sonho de superar as privações através de um trabalho que não lhe pertence. Assim, o trabalhador trabalha para o capitalista e o produto do seu trabalho é propriedade do capitalista e não do seu produtor.

Nos parâmetros da economia capitalista, o mercado de trabalho exige do homem profissionalização e adequação às exigências de uma sociedade amparada por pressupostos direcionados ao lucro, acumulação de capital, competição e mercadorização ampliada. Dessa maneira, o processo de conhecimento por vezes tende ao atendimento das demandas de domínio da propriedade privada e com isso a abordagem gerencialista se expande na profissionalização do homem, justificada pela necessidade de prepará-lo para o mercado de trabalho.

A gestão organizacional continua fortemente centrada em uma abordagem empresarial que trabalha na manutenção das condições necessárias para se chegar ao objetivo principal: reprodução do capital. Esse direcionamento do pensamento e das ações humanas promove prejuízos sociais provenientes de um desenvolvimento desigual e do favorecimento de minorias advindos da dinâmica capitalista. Considerando isso, o ensino da graduação em Administração é tomado por uma concepção voltada a negócios (*business*), onde tanto o aluno quanto os docentes são colocados a serviço do capital. Um exemplo disso está na percepção de um coordenador e também docente do curso de Administração da faculdade A, que expressa em seu relato essa percepção limitada da administração ao dizer:

Você não entra já sabendo o que é administração, você tem noção do que seja a administração, ou seja, que **a administração está voltada a empresas, a organizações, a negócios, a esse mundo *business*⁴**, mas você não tem ideia de como surgiu a administração, para que serve, para onde vai a administração, como ela funciona, quais são seus aspectos e seus embasamentos teóricos (Coordenadora 1, grifo nosso).

Além da percepção supra que empobrece a ciência da administração ao direcioná-la estritamente ao mundo empresarial, o docente 5, da faculdade (C), expõe seu pensamento acerca do trabalho de lecionar e preparar alunos para essa carreira ao dizer:

Vivemos em tempo de recessão, onde eu tenho que fazer muito, fazer várias atividades com poucos recursos, onde as organizações cada dia cobram mais de você ser controlado, de você ser organizado, **onde cada profissional tem que fazer inúmeras tarefas ao mesmo tempo para dar conta dessa demanda de mercado cada vez mais competitivo, então está aí a importância do saber se organizar, do saber se planejar, de saber ser eficiente e eficaz, de ter produtividade no dia-a-dia, e é nesse momento que o aluno ele é moldado e condicionado a aprender essas funções básicas do administrador.** E eu costumo dizer que não é nem funções básicas só do administrador mas de qualquer profissional, para que ele consiga se dar bem no mercado de trabalho. (Docente 5, Faculdade C, grifo nosso)

⁴A entrevistada se refere ao termo *business* no ensino de administração fazendo referência a *business school* que significa escola de negócios. A escola de negócios é uma instituição de nível universitário que confere graus em administração de empresas ou gestão.

A atuação do docente 5 está atrelada a uma lógica direcionada a preparar o aluno para o mercado de trabalho. Embora para o ato de educar seja essencial desenvolver o pensamento crítico dos alunos, constatamos que a lógica apontada no relato do docente revela um pensamento predominante de que o homem, para sobreviver na sociedade em que vive, deve atender às demandas competitivas e mercadológicas. Os alunos, ingressantes e concludentes do curso de administração, entram e saem da graduação com o mesmo pensamento: administração voltada ao ramo empresarial. Vejamos a compreensão do aluno 1 da faculdade A sobre o que seria a ciência da administração:

Administração é muito a minha cara, eu gosto muito de ser líder, eu gosto muito de trabalhar com liderança, eu acho que foi um casamento entre eu e a administração [...] **Um dos motivos foi por questão financeira que é um curso acessível, o outro motivo é porque eu tinha vontade de ter um negócio próprio, de empreender, também é uma das áreas que eu gosto muito, e eu acho que são dois motivos que me fizeram realmente querer a administração.** (Aluno 1, faculdade A, grifo nosso)

Através do aluno 1, constata-se como essa perspectiva de administração, voltada ao mercado reflete na concepção de administração por parte dos alunos. Estes vislumbram profissionalizarem-se para suas próprias empresas, como o aluno 5 da faculdade (A) que diz “o meu interesse maior em Administração foi o de ter uma empresa e antes de ter, poder adquirir a experiência fazendo o curso”. Outro aluno também expressa seus anseios frente ao curso ao dizer: “O motivo pelo qual eu escolhi administração é porque eu já trabalho na área, eu sou um diretor empresarial de um *pet shop*, que é uma filial da clínica do meu pai, e juntando o útil ao agradável que é uma área que eu gosto e também ia me servir para a área que eu já estou” (Aluno 6, faculdade B). O aluno 6 continua em um outro momento relatando como isso se materializa no seu processo de formação: “O curso de administração e a teoria organizacional para o administrador que já está em atuação, na prática, ela é muito importante porque dentro dela você conhece melhor a sua empresa, a confiabilidade da sua empresa, e através desses estudos e teorias você vai aprendendo a ter um “norte” melhor e isso amplia a sua visão e você começa a ver as coisas de forma diferente e uma coisa que eu absorvi bem foi a questão do planejamento e de estratégia de como lidar com as pessoas” (Aluno 6, faculdade B).

Continuando a demonstrar essa perspectiva da Administração como uma formação estritamente mercadológica o aluno 13 diz: “Decidi fazer vestibular na Faculdade (C), na Faculdade (B) e na Faculdade (A), Administração foi o que eu sempre quis, minha família tinham um “negócio”, e eu sempre quis ter o meu próprio negócio” (Aluno 13, faculdade C).

Em se tratando da concepção de Administração, por parte dos docentes e coordenadores nas três faculdades pesquisadas (A, B e C), as entrevistas com os mesmos, os planos de ensino (bibliografia e conteúdos ministrados), e entrevistas com os alunos, indicaram a predominância da abordagem gerencialista. De acordo com Gaulejac (2007), essa abordagem, além de impor restrições às possibilidades humanas e instaurar uma nova psique coletiva, reforça o exercício do poder gerencialista, que transforma cada pessoa em trabalhador e cada trabalhador em instrumento adaptado às necessidades das organizações. Logo, os efeitos do ensino em Administração vinculado a essa abordagem, tem como consequência uma visão limitada dos alunos sobre o que seria essa ciência, bem como o encurralamento do potencial crítico desses sujeitos.

O docente 2 da faculdade A, além de mencionar como compreende essa disciplina e a repassa para os alunos, enfatiza que a faculdade que leciona empenha-se em atribuir esse caráter de estudos voltados ao mercado à ciência da Administração. Vejamos:

[...] **A gente tem alunos aqui que já chegaram e disseram que eles já conseguiram promoção na empresa e é muito gratificante** quando eles chegam e dizem professora eu fui chamado na empresa porque no dia da reunião eu fiz uma colocação importante e me chamaram e me promoveram de cargo. **A faculdade A está com essa ideologia de formar profissionais para o mercado e de serem bem sucedidos no mercado de trabalho.** Porque um canudo, um papel qualquer um pode ter mas o que vai fazer a diferença é a tua qualificação esse é o diferencial. (Docente 2, faculdade A, grifo nosso)

Em relação à atuação dos docentes ao lecionar a disciplina, destacamos metodologias que incluem visitas técnicas a empresas, implantação de empresa júnior, laboratório para elaboração de planos de negócio, utilização de ferramentas que auxiliem no estudo de mercado como o *Business Model Canvas*⁵, além das aulas teóricas com bibliografias voltadas a abordagem gerencialista. Quanto à bibliografia, os docentes mencionam Idalberto Chiavenato,⁶ como o docente 3 da faculdade B que diz:

Eu gosto muito do livro de TGA do Chiavenato, eu acho assim... o mais completo, a sétima edição que a gente está trabalhando eu acho a edição mais bonita de se trabalhar que a gente já teve, inclusive, quando eu me formei eu estudei com a segunda ou terceira edição e ela era bem mais resumida, e essa vem muito mais comentários, muito mais estudos de caso, e a maneira como está organizado ele está

⁵É uma ferramenta empresarial estratégica desenvolvida para auxiliar o empreendedor a elaborar seus modelos de negócios. Um modelo baseado no método *Business Model Canvas* ou “Quadro de modelo de negócios” que é uma ferramenta de gerenciamento estratégico.

⁶Doutor e Mestre em Administração pela City University of Los Angeles-CA, EUA, especialista em Administração de Empresas pela FGV-EAESP, graduado em Filosofia/Pedagogia, com especialização em Psicologia Educacional pela USP e em Direito pela Universidade Mackenzie. Reconhecido e prestigiado por seus trabalhos em Administração e em Recursos Humanos. Autor de 39 livros abordando Administração, Recursos Humanos, Estratégia Organizacional, Comportamento Organizacional publicados no Brasil e no exterior. Fonte: www.administradores.com.br

obedecendo a ordem cronológica das teorias da administração, e de fato essa é a melhor maneira de a gente fazer a apresentação das teorias pra eles, claro que quando a gente faz essa apresentação, eu trago a teoria apresentando toda pra eles mas o tempo todo fazendo links com a atualidade (Docente 3, faculdade B).

O docente 4, da faculdade B explica como organiza e executa o ensino da disciplina Teoria Geral da Administração a partir da bibliografia de Chiavenato. É interessante observar a preocupação do professor com a atualização dos conteúdos através de estudos de caso.

Para o processo de formação mais focado na matriz curricular e no conteúdo da teoria geral da administração eu sempre trabalho a referência bibliográfica de Idalberto Chiavenato que é a base das teorias da administração, e é claro buscando um arranjo de construir um mapa mental dessas teorias para que o aluno perceba qual é a evolução da teoria geral da administração dentro das organizações [...] e assim a gente vai trabalhando todas as teorias abordadas por Chiavenato, pra que a gente possa ter aí uma construção. Nesse modelo de parametrização eu costumo trabalhar todos os textos das teorias que Chiavenato traz só que eu também faço uma complementação com estudos de caso de empresas, que no caso são mais atualizados, de fontes de revistas atuais. (Docente 4, faculdade B, grifo nosso).

No que se refere à compreensão da disciplina de Teoria Geral da Administração, percebe-se a similaridade com a concepção da própria administração por parte de coordenadores e docentes: profissionalizar o aluno para o mercado. Desse modo, constatamos a sinergia dos coordenadores e dos docentes em explorar e disseminar essa perspectiva. Esta é uma perspectiva que reproduz aquilo que é apontado por muitos autores, entre os quais Mardsen e Townley, quando afirmam que a ciência organizacional, ou seja, as teorias organizacionais são verdadeiramente uma teoria sobre a gestão e para a gestão. Desta forma, obviamente, estando a serviço do capital. Assim, não são abertas para os estudantes, diferentes perspectivas, mas exclusivamente, a perspectiva da gestão.

O coordenador 2 e também docente do curso de Administração da faculdade B, possui um entendimento de que as Teorias Organizacionais trazem fórmulas prontas e por isso os profissionais em Administração devem aplicá-las em suas atividades como garantia de sucesso. Gaulejac (2007) diz que os manuais se tornaram comumente *bestsellers* que elevados a um “caráter sagrado” se caracterizam pela aparente isenção de ideologia, mas que, na realidade induzem a uma série de regras ao cotidiano organizacional. Essas regras são formuladas com intuito de angariar adesão, anular questionamentos e assim, serem facilmente assimiladas como verdades absolutas.

Bom, a Teoria Geral da Administração a gente enquanto docente eu vejo de suma importância para os profissionais, para as empresas, é tanto que quando a gente faz aí essa comparação desde lá da Administração Científica, Teoria Clássica, Neoclássica e a gente faz todas as abordagens a gente sempre deixa o nosso aluno bem atento pra que ele possa estar sempre fazendo esse link entre a teoria e a prática

e a gente sempre tenta trazer pra sala de aula as experiências vivenciadas lá na empresa. Inclusive a gente tem uma proposta agora esse ano de fazer visita técnica mesmo, de levar o nosso aluno pra poder estar visualizando as teorias ou algumas ferramentas das teorias na prática lá nas organizações. (Coordenadora 2, da Faculdade B, grifo nosso)

Continuando a percepção dos coordenadores acerca da Teoria Geral da Administração enquanto disciplina essencial para o ensino da Administração, o coordenador 3 da faculdade C, diz: “Eu acho assim, a base do curso de administração, não é na verdade só TGA. TGA, na verdade, é importante, para que você conheça as origens do curso de administração, para que você conheça as teorias da administração”. Sobre a disciplina a partir do relato do Coordenador 1, faculdade A, constatamos um entendimento com enfoque nas tendências mercadológicas. É interessante observar que o professor destaca a importância do conhecimento histórico das teorias e o contexto no qual elas foram desenvolvidas, enfatizando alguns aspectos positivos da evolução do trabalho e da administração, como a redução da carga horária de trabalho em comparação com a carga horária do período da revolução industrial. Ao que parece, ele entende que este conhecimento é importante para que se possam compreender as tendências atuais, logo, o professor percebe os fundamentos históricos da administração. No entanto, sua percepção, pelo que foi possível perceber neste estudo, não avança em um sentido crítico, de questionamento das consequências da evolução da administração, ou de questionamento dos interesses envolvidos nas características do mundo do trabalho e da administração nos diferentes períodos históricos. Vejamos:

[...] se nós pararmos para pensar porque produzimos hoje em larga escala, como foi a evolução dessa produção eu preciso conhecer como era a produção e o quanto ela evoluiu, e a teoria das organizações ela traz isso claro e nitidamente. Quando eu vou olhar lá atrás porque que surgiu essa intenção de se produzir mais, a questão da mecanização, o trabalho braçal que foi substituído pelas máquinas, o homem que passou a ter a necessidade de se qualificar cada vez mais para poder operar as máquinas, vou lembrar da revolução industrial, vou entender também sobre a valorização do ser humano, porque naquela época ele chegava a trabalhar até dezesseis horas por dia e hoje não é mais assim, **então eu vou conhecendo toda essa trajetória e com base nisso nós vamos acompanhando as novas tendências no mercado, as novas tendências da administração.** (Coordenador 1, faculdade A, grifo nosso).

O docente 1, da faculdade A pensa a disciplina da seguinte maneira: “então a finalidade da disciplina não é formar apenas um simples bacharel em administração **é formar um profissional para que ele seja adquirido no mercado de trabalho** pra que ele seja inserido ou reinserido no mercado de trabalho com um outro grau, uma outra mentalidade” (Docente 1, faculdade A, grifo nosso).

Isso reflete na compreensão do aluno enquanto profissional de administração, pois limita seu conhecimento ao ambiente empresarial, assim como seu pensamento crítico sobre a

totalidade social dá lugar a repetições de comportamentos que fortalecem a estrutura a que estão submetidos, comprometendo as possíveis mudanças. Nos livros considerados didáticos, ou seja, os manuais de gestão, verifica-se a ausência de uma contextualização mais ampla na formação do administrador. Os manuais de administração apresentam um conjunto de doutrinas que tratam de forma metodológica e ideológica profundamente idêntica aos diferentes temas abordados. A história do pensamento administrativo é tratada com base em uma visão evolucionista, sem a preocupação em se estabelecer qualquer tipo de relação entre as ideias apresentadas, a doutrina histórica sobre a administração e o contexto mais amplo, no qual se insere, de modo geral, embora um professor discorra sobre a importância do conhecimento histórico (GAULEJAC, 2007).

Por isso, “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: seu caráter formador” (Freire, 1996, p.131), como mostra o trecho a seguir da entrevista com um dos alunos do curso de Administração sobre a compreensão do que seja a Administração.

Muito importante, porque se a gente for verificar Chiavenato ele nos dá todas as melhores ferramentas para se administrar, a gente verifica a questão do tempo por outros autores, a questão de formação de profissão, cada um com sua profissão, uma formação de tarefas que foi definido por outro autor. Então eles fazem com que a administração hoje funcione do jeito que funciona por causa de suas teorias. (ALUNO 2, Faculdade A)

O aluno 2 da faculdade (A), compreende a disciplina de Teorias Organizacionais de maneira restrita ao gerencialismo, limitando-a à determinação de comportamentos e ações considerados adequados em uma organização pelos manuais de gestão⁷. Ao dizer que não consegue “implantar” na prática o que se aprende na teoria, o aluno desvela a visão a respeito das Teorias Organizacionais como sendo fonte de técnicas a serem aplicadas nas Organizações. Vejamos:

Ela nos ensina a base do todo, **ela nos ensina como nos comportar, como agir, tomada de decisões, planejamento estratégico, ela faz com que a gente se sinta amparado diante de uma empresa a qual estamos administrando.** Em compensação na prática acaba sendo um pouco o inverso do que a gente aprende. Muitas vezes temos até vontade de implantar, mas pelo sistema acabamos nos pegando em dificuldades de enfrentar essas barreiras e implantar aquilo que nós aprendemos na teoria implantar na prática, então acaba tendo inviabilidade, sendo que o ensino ele nos fortalece nos mostrando ferramentas que a gente pode estar aplicando cada vez mais na administração tanto na empresa privada como no serviço

⁷Gaulejac (2007, p. 89) caracteriza os manuais de gestão como portadores de um discurso insignificante, que se fecha sobre si em um sistema circular. Eles apresentam modelos destituídos de conflitos de interesse, pois se pretendem universais ao dizerem tudo e também o seu contrário, inviabilizando qualquer discussão, revelando um sentido do trabalho a partir de um prospecto ideal e não da realidade concreta.

público, então é uma ferramenta bastante importante (Aluno 2, Faculdade A, grifo nosso).

Persistindo nessa compreensão a respeito da disciplina de Teorias Organizacionais o aluno 9, da faculdade B diz:

Eu acho crucial porque a gente vai aprendendo com o passar dos anos sobre uma empresa, como ela é estruturada, enfim, tudo que eu já mencionei aqui eu estou só repetindo aqui pra deixar claro que foi importante pra mim. Eu estagiei numa empresa no meu primeiro ano, era uma empresa particular e ela era muito rigorosa em horários, bater ponto, em conversas paralelas, enfim em tudo. Então eu comecei a comparar o que eu estudava com a empresa onde eu estagiava, findou que eu não aguentei muito tempo nessa empresa, e eu consegui um estágio em outro lugar, esse eu gostei, era público e já não tinha tanta rigorosidade com ponto, já não reclamavam das conversas paralelas, aí eu continuei a comparar o que eu estudava e onde eu trabalhava, e mesmo na pública e na particular o que eu estudava batia com as duas “empresas” então não importa a empresa que você trabalha, porque elas são estruturadas, elas são gerenciadas, então a gestão delas vai ser a mesma. **Então quem faz a empresa são as pessoas, é isso que eu aprendi em TGA que é elas quem levam a empresa** (Aluno 9, Faculdade B, grifo nosso).

Neste relato do aluno 9, podemos ver que o problema de tomar a teoria como caminho de aprendizagem de técnicas é que ela homogeneiza o conhecimento, pois disso necessita para poder definir as técnicas corretas. Ao invés de um mundo no qual o administrador necessita considerar os diversos aspectos que compõem as diferentes situações nas quais irá agir, ela define algumas técnicas que se transformam nas boas práticas de gestão.

Neste sentido, os conteúdos e métodos geralmente utilizados no contexto do ensino em Administração deveriam ser repensados. De acordo com Aktouf (2005) o conteúdo da formação do administrador, deveria concomitantemente à técnica, estar a serviço de um objetivo social, de uma visão coletiva e comunitária. Defendendo o mesmo objetivo, Tragtenberg, afirma que desta maneira, o profissional da Administração se tornaria mais consciente de seu papel e mais reflexivo, superando o individualismo da modernidade em prol de se tornar um sujeito com capacidade crítica e de promoção de uma emancipação da lógica estritamente de mercado, que inevitavelmente está imbricada de banalização da injustiça social e de consciência cínica (TRAGTENBERG, 1979 *apud* AKTOUF, 2005).

O aluno 15 da Faculdade (C) expõe uma compreensão de Teorias Organizacionais voltada à profissionalização de maneira estritamente tecnicista e mercadológica, ou seja, tendo a teoria como único fator determinante do comportamento profissional, deixando de lado perspectivas importantes nessa formação profissional como a aprendizagem experiencial e as interações no processo de aprendizagem. Vejamos:

No curso de administração eu acho muito importante ter essas teorias porque a gente entende como que funciona, o que os autores acham, qual o outro pensamento que eles tem em relação a administração. Como eu mencionei a importância é 100%,

porque tu vai viver aquilo, vai ser a tua profissão, e é aquilo que vai formar o teu carácter profissional, essas teorias que vão te formar, como tu vai no teu ambiente de trabalho, como tu vai ter que se comportar, então o nível de importância, de relevância, é uma ligação, 100% eu diria (Aluno 15, Faculdade C).

Ainda sobre o relato do aluno, constata-se que as teorias organizacionais dentro da Administração, continuam tendo um carácter ideológico e doutrinário de reprodutivo de comportamentos nas Organizações. De acordo com Guerreiro Ramos, a teoria da administração, do modo como tem sido concebida, é ingênua, porque se baseia na racionalidade instrumental, característica da ciência social no Ocidente. Até hoje, essa mesma ingenuidade é a responsável pelo seu sucesso em termos de aplicação prática. Entretanto, esse sucesso é unidimensional e vem exercendo um impacto desfigurador sobre a vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1989; p.1).

Como vimos nos relatos dos alunos entrevistados, a lógica gerencialista nos conteúdos da disciplina de Teorias Organizacionais propõe uma suposta objetividade em detrimento da possibilidade de um pensamento crítico. Segundo Onuma et al. (2015), as teorias organizacionais, ao seguirem essa lógica, ficam destituídas de qualquer tipo de análise mais profunda a respeito de sua natureza, sendo pensadas apenas para fins imediatos e instrumentais.

“A gestão é amplamente concebida, pelos práticos e pela grande maioria daqueles que a ensinam, como um conjunto de técnicas destinadas a pesquisar “a organização da melhor utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos” para garantir a perenidade da empresa. (Bouilloud e Lécuyer, 1994). Sua reflexão é orientada para a realização de uma finalidade. Nessa perspectiva a particularidade da gestão “reside no fato de que não se trata de perseguir uma finalidade escolhida por indivíduos, nem uma finalidade negociada no interior de uma coletividade, mas uma finalidade imposta do exterior” (GAULEJAC, 2007 p. 64)

Essa ideologia da gestão, aqui denunciada, acarreta consequências na formação em Administração, ou seja, no aluno. E conseqüentemente em sua ação na sociedade: a alienação em relação ao poder e dominação existente nos meios de atuação e/ou ações que acarretam desfiguração sobre a vida humana. Nesse sentido, Gaulejac denuncia como isso ocorre:

“Nas escolas de gestão, não se trata de estudar os fenômenos, de poder e de dominação, como se repartem as desigualdades, quem paga e quem beneficia. Ficamos acantonados unicamente nos problemas situados acima da ação bem como à concepção e à execução de soluções eficientes e eficazes.” (Gaulejac, 2007 p. 66)

É emergente a necessidade da introdução de novas alternativas nesse cenário. Neste sentido, a Teoria Crítica, se apresenta como fomento ao processo de emancipação coletiva, ao mesmo tempo em que rejeita a lógica gerencialista e funcionalista que serve ao poder e a

dominação de pensamentos, ações e internalizações com o fim único de manter em pleno funcionamento o sistema vigente.

Isso é possível porque a Teoria Crítica acomoda em sua totalidade princípios que atendem a um ideal de vida em sociedade, tais como: objetivo social; visão coletiva e comunitária; proporciona ao administrador se tornar um sujeito com capacidade reflexiva e crítica de seu papel na sociedade; contribui para a emancipação da lógica estritamente de mercado; permite a percepção das relações sociais dentro das organizações; incentiva a formação de profissionais que consigam gerar soluções alternativas aos problemas enfrentados atualmente de forma a provocar mudanças sociais; e por fim, incentiva a investigação, o pensamento crítico e a discussão científica ao invés da mera reprodução de conceitos.

Assim, a Teoria Crítica possibilita um ensino das Teorias Organizacionais que contribui para uma visão da administração diferente da que está posta, ou seja, uma visão capaz de romper com o sistema vigente. Neste sentido a Teoria Crítica atende em sua abordagem a certos requisitos que são essenciais para a vida em sociedade bem como para a mudança da percepção de alunos e professores do que venha a ser a Administração.

Os indivíduos dotados de conhecimento da realidade, compreendem as relações desnaturalizadas, às quais estão submetidos e que encontram-se presentes nos meios de gerenciarem e serem gerenciados.

Está claro que reflexão crítica é qualitativamente diferente do conceito de reflexão. A reflexão focaliza o imediato, apresenta e discute detalhes de uma tarefa ou problema, estabelece uma análise de natureza mais prática e técnica. A reflexão crítica envolve análise do poder, controle e exame da construção dentro da qual a tarefa ou problema estão situados... A análise do contexto está frequentemente autorreferenciada, mas raramente envolve a análise dos processos sociais e políticos, atuais ou históricos (ANTONELLO E CLOSS, 2010 p.16).

Deste modo, a Teoria Crítica representa nesse sentido a possibilidade de o indivíduo ser conhecedor da realidade e ter a capacidade de compreender as relações desnaturalizadas que estão imbricadas no processo de gerência para não ser apenas mais um objeto “coisificado”, sendo assim, um incentivo para uma reflexão crítica dos conhecimentos, técnicas e ferramentas em gestão, conseguindo enxergá-la como um fenômeno social, econômico, político e moral e não somente como fenômeno mercadológico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve início com a inquietação que surgiu logo após iniciar os estudos no mestrado acadêmico em Administração, na linha de pesquisa de estudos organizacionais. Em que me deparei com autores dos quais não tive conhecimento durante minha formação na graduação em Administração, cursada em uma faculdade privada. Autores esses que me apresentaram uma nova abordagem que desnaturalizou as práticas de gestão em Administração.

A partir dessa descoberta e das leituras preliminares sobre o tema, identificou-se uma corrente de pensadores e pesquisadores que denunciam a mercantilização do ensino em Administração e o fracasso dos conteúdos e métodos pedagógicos. Nesse mesmo sentido, identificou-se ainda que a atuação gerencial é o que predomina nas escolas de Administração e que em geral o seu efeito é negativo, pois boa parte delas é ideologicamente amoral e funcionalista o que não estimula nos estudantes nenhum senso de responsabilidade e/ou de reflexão crítica.

Assim, esta investigação se propôs a compreender como esse fenômeno da ênfase exacerbada na gestão e na técnica está presente na formação ideológica do Administrador. Isso foi possível ao analisar como está organizado o ensino de Administração nas faculdades em Rio Branco-AC, a partir de suas estruturas curriculares e também pelos planos de ensino das disciplinas de Teorias Organizacionais.

No primeiro objetivo foi analisado os principais dados acerca do ensino de Administração em Rio Branco-AC, onde pôde-se verificar que o ensino está centralizado nas universidades particulares, tanto presenciais quanto a distância, pois a Universidade Federal do Acre (UFAC) não oferta o curso de Administração. O Instituto Federal do Acre (IFAC) que até o ano de 2017 só contemplava o ensino de Administração na modalidade técnica, anunciou a seleção para o curso de bacharelado em Administração para início no ano de 2018, totalizando assim, 11(onze) faculdades que ministram o curso de Administração. O curso foi iniciado na cidade há vinte anos e hoje possui em média um total de vinte turmas em funcionamento bem como aproximadamente 1.000 (Hum mil) alunos cursando Administração. O valor das mensalidades varia de R\$ 476,00 (Quatrocentos e setenta e seis reais) a R\$ 914,69 (Novecentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos) nas três faculdades presenciais que foram pesquisadas. Por fim, o curso funciona nestas mesmas

faculdades nos períodos vespertinos e noturnos, e o quadro docente estruturante do curso de Administração é formado em sua maioria por mestres e especialistas.

No segundo objetivo, que se refere à estrutura curricular dos cursos de Administração, constatou-se que grande parte da estrutura curricular são comuns a todas as universidades, não havendo uma diferença tal que se mostre uma perspectiva diferenciada dos referidos cursos e faculdades. Constatou-se que nenhuma estrutura curricular, das faculdades pesquisadas, aborda disciplinas que estejam voltadas às especificidades da região em que estão inseridas, ou seja, a região amazônica.

Por fim, destaca-se que as estruturas curriculares estão focadas para o mercado, sem contemplar outras formas de organizações que não sejam as empresas privadas e caracterizam-se pela perspectiva reprodutiva, que os autores citados no trabalho apontam que é disseminada por outras instituições de ensino em Administração no Brasil.

Com o terceiro objetivo, reforçou-se a predominância de similaridade e de reprodução através dos manuais de gestão. No que se refere ao conteúdo programático e bibliográfico das disciplinas de Teorias Organizacionais, identificou-se que em todas as faculdades pesquisadas, os docentes adotam a bibliografia de Idalberto Chiavenato e Antônio César Amaru Maximiano, ambos seguindo uma abordagem da Teoria Geral da Administração gerencialista. Tal conclusão baseia-se nos teóricos utilizados na fundamentação teórica, a exemplo do autor de Gestão como doença social, Vicent de Gaulejac, que caracteriza os manuais de gestão como portadores de um discurso insignificante, que se fecha sobre si em um sistema circular e que os mesmos apresentam modelos destituídos de conflitos de interesse, pois se pretendem universais ao dizerem tudo e também o seu contrário, inviabilizando qualquer discussão, revelando um sentido do trabalho a partir de um prospecto ideal e não da realidade concreta.

No último objetivo se propôs a verificar através da investigação por meio de dados primários, a percepção dos atores envolvidos no processo de ensino da Administração, ou seja, os estudantes, o corpo docente e as coordenações de curso. Neste momento, reforçou-se o pressuposto que deu início a esta pesquisa de que o ensino de Administração segue uma lógica gerencialista, tecnicista, funcionalista e meramente instrumental. Em que os alunos, professores e coordenadores tem uma percepção limitada do que seja a Administração, retirando desse ramo de ensino a característica pedagógica e formadora de cidadãos e reduzindo-a à reprodutora de técnicas ou receitas prontas que são idealizadas como fonte de sucesso absoluto no ato de administrar.

Em resposta à problemática dessa pesquisa: como se organiza as disciplinas de Teorias Organizacionais nos cursos de Administração das faculdades de Rio Branco-AC? A partir da pesquisa em três faculdades particulares, constatou-se a predominância da abordagem gerencialista. Essa constatação foi verificada através da coleta e análise da estrutura curricular, dos planos de ensino, que se atentou para a bibliografia e seus conteúdos, e das entrevistas com os atores envolvidos no processo de ensino da graduação em Administração nas faculdades pesquisadas. Essa abordagem, gerencialista no processo de formação em Administração, é reproduzida como um projeto de dominação, trazendo como principal consequência “a manutenção de um sistema econômico que legitima o lucro como finalidade” (GAULEJAC, 2007 p. 65).

Configura-se como uma ideologia, que está sendo disseminada nos cursos de Administração das Faculdades de Rio Branco – Ac, “representada pelos instrumentos dos procedimentos dos dispositivos de informação e de comunicação que estão em ação para disseminar uma certa visão de mundo e um sistema de crenças” (Gaulejac, 2007 p. 65), neste caso, a manutenção do sistema capitalista.

Também foi possível identificar, que nas faculdades pesquisadas, as teorias organizacionais são relacionadas como sendo técnicas de gestão, e que as literaturas utilizadas conduzem a esse viés, bem como a própria formação dos docentes que seguem os parâmetros da abordagem gerencialista. Ademais, a pesquisa constatou que os docentes e coordenadores seguem reproduzindo a lógica gerencialista, e adotando algumas metodologias de ensino como: visitas técnicas em empresas da região, feiras de negócios, processos de *Coaching*, entre outros. Foi possível identificar ainda, durante as entrevistas, alguns elementos da prática docente como a utilização de estudos de casos, os chamados “cases”, que segundo relato dos docentes são problemas fictícios de ordem empresarial, tendo os alunos de encontrar uma solução. Também a utilização de livros “bestsellers” de empreendedores de sucesso no processo de ensino das teorias organizacionais. Nesse sentido, o curso de Administração persegue uma lógica gerencial em toda sua estrutura e organização, tendo como ênfase a gestão.

Vale ressaltar que não foi possível seguir a prática docente em toda sua amplitude, pois seria necessário o requisito de observação pessoal da pesquisadora em sala de aula, onde não houve permissão para tal procedimento por parte das faculdades bem como tempo factível para realização de observação.

Dadas essas considerações, cabe destacar que este trabalho possui limitações em alguns itens da pesquisa. Primeiro, o trabalho se limitou ao não responder aos

questionamentos que surgiram sobre certos assuntos correlatos, tendo em vista este não ser o objetivo principal da pesquisa, tais como: qual enfoque as faculdades particulares dão para a Administração enquanto ciência? Qual perfil profissional o curso de Administração está formando? De que maneira e para que propósito está organizado o currículo do curso de Administração?

Uma segunda limitação deu-se no roteiro de entrevista, em que poderia ter sido questionado dos entrevistados o que os mesmos entendem por formação universitária e qual o papel da universidade? Outra limitação foi a delimitação do campo de pesquisa, pois o mesmo se restringiu às informações referentes somente a cidade de Rio Branco - AC, abrindo caminho para pesquisas futuras expandirem esse campo para a Região Norte e até mesmo para o restante do país.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, C. S.; CLOSS, Lisiane Q. **Aprendizagem transformadora: a reflexão crítica na formação gerencial.** Cadernos EBAPE. BR, v. 8, nº1, artigo 2, Rio de Janeiro, Mar. 2010.

AKTOUF, O. **Ensino de administração: por uma pedagogia da mudança.** RAE: Revista de Administração de Empresas. V.12, n.35 – Out./Dez. p. 151-160, 2005.

BARCELLOS, R. de M. R. de; DELLAGNELO, E. H. do L.; SALIÉS, G. P. **Universidade, Sociedade e Formação do Administrador: Uma reflexão necessária.** Administração: Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro. V. 12, n. 4, p. 671-696. Out/Nov/Dez/2011.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Conselho Nacional de Educação - CNE. Câmara de Educação Superior - CES. Resolução CNE/CES nº 0146/2002: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design de 3 de abril de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/14602DCEACTHSEMMDTD.pdf> acesso em: 17/03/2017.

BRASIL. Decreto Nº 5.773/06, Legislação e Normas – Ministério da Educação – MEC, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf> acessado em: 01/10/2018.

CALGARO, J. C. C. **Gerencialismo.** In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M. & MERLO, Á. R. C. (orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho.* Curitiba: Juruá, 2013.

CLEGG, S. R; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1998. v. 1.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. Administração: História da profissão. Disponível em: <<https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-historia-da-profissao>> Acesso em: 16/03/2017.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ACRE – CRA/AC. Instalação do Conselho Regional de Administração no Estado do Acre. Disponível em: <http://www.craac.org.br/> Acesso em: 16/02/2018.

COSTA, C. F. **A Universidade Pública e o padrão dependente da educação superior: uma análise da articulação entre as políticas de ampliação do acesso e de incentivo à inovação.** Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul– UFRGS, Porto Alegre, 2018.

DELLAGNELO, ELOISE H. L.; SILVA, ROSIMERI C. DA. **Análise de Conteúdo e sua aplicação em pesquisa na Administração,** in VIEIRA, MARCELO M. F.; ZOUAIN, DEBORAH M. Pesquisa Qualitativa em Administração – Teoria e Prática 1ª ed. Editora FGV Rio de Janeiro, 2005.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório.** Revista Educação e Seleção, n.14, 1986.

DEMO, P. **Desafio da competência humana para trabalhar.** Disponível em: <www.projetoe.org.br/tv/prog02/html/ar_02_01.html> Acesso em: 30 mar.2018.

DRAGO, P. A. **Teoria Crítica e Teoria das Organizações.** Revista de Administração de Empresas – São Paulo, 32/ Abr./Jun. 1992.

FARIA, J. H.; MENECHETTI, F. K. As organizações e a sociedade unidimensional. *In: Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais.* São Paulo: Atlas, 2007, p.241-258.

FERREIRA, A. G.; MARQUES, A. A. M. **O ensino de administração em Universidades Federais: Uma perspectiva a partir da análise dos currículos dos cursos de graduação das Universidades do RS.** IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

FONSECA, V. S.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e intuição. **Organizações & Sociedade,** Salvador, v. 9, n. 25, p. 93-109, set./dez. 2002.

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da autonomia: Os saberes necessários à prática educativa.** S. Paulo: Editora Paz e Terra.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como Doença Social – Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social.** Ed. Ideias & Letras, 2007.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. **Teorias Organizacionais e Materialismo Histórico.** O&S – Salvador, v. 22 – n. 73, p. 199-221 – Abr./Jun. – 2015.

HARVEY, D. **Para entender o capital.** Editora: Boitempo Editorial, 2ª edição – São Paulo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativa Populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estimativas-de-populacao/estimativas-2017-dou-2017.pdf>>. Acesso em: 10/02/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Censo da Educação Superior Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 14/03/2018.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: **A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática.** In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2, p. 31-56.

MARTINS et al. **Repensando a formação do administrador brasileiro.** Fundação Getúlio Vargas – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Programa de Estudos Administração Brasileira, Biblioteca Virtual de Administração Brasileira. In: Archétypon, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 15, p. 11-30 set./dez., 1997.

MISOCZKY, M. **Uma defesa da reflexão teórico crítica na pesquisa e prática da administração pública.** In: ENAPG, 147, 2004. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2004.

MURPHY, J. *“The Rise of the Global Managers.”* In: DAR, S; COOKE, B. (ED) *The New Development Management: Critiquing the Dual Modernization.* London: Zed Books, 2008a.

NETTO et al. **A Teoria Crítica no Estudo da Administração.** Revista de Carreiras e Pessoas – ReCaPe, São Paulo. Volume VI – Número 03, p. 282-302, Set/Out/Nov/Dez 2016.

NEWMAN, J., CLARKE, J. **Gerencialismo.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>.

NICOLINI, A. **Qual será o futuro das fábricas de administradores?** Revista de Administração de Empresas, v. 43, n.2, p.44-54, abr./jun.2003.

ONUMA, F. M. S.; ZWICK, E.; BRITO, M. J. de. **Ideologia gerencialista, poder e gestão de pessoas na administração pública e privada: uma interpretação sob a ótica da análise crítica do discurso.** Revista de Ciências da Administração, v. 17, n. 42, p. 106-120, agosto de 2015.

PAES DE PAULA, A. P.; RODRIGUES, M. A. **Pedagogia Crítica no Ensino da Administração: Desafios e Possibilidades.** RAE, v. 46, Edição Especial Minas Gerais, p. 10-22, 2006.

RAMOS, A, G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RODRIGUES, M. S. **O NOVO MINISTÉRIO DA VERDADE: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil.** Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2013.

SERVA, M. **Contribuições para uma teoria organizacional brasileira.** Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, p. 10-21, 1990.

SEVERINO, A. **Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania.** Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.6, n.10. p.117-124, 2002.

SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set/dez 2008.

SILVA, I. C. da; SILVA, K. A. T.; FREITAS, R. C. de. **Ensino de Administração: Reflexões Críticas sobre a formação do Administrador.** IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – Brasília/DF – 3 A 5 de novembro de 2013.

TENORIO, F. G. **Flexibilização Organizacional: Mito ou realidade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. A modernidade e a pós-modernidade servidas em dois jantares. **CADERNOS EBAPE. BR**, v.7, n°3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set. 2009.

WEBERING, Susana I. **Teoria crítica e teorias organizacionais: uma relação possível?** GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas – Ano 5, nº 4, Out-Dez/2010, p. 139-152.

WEISS, M. C. V., KEHRIG, Ruth T. **Teoria Organizacional numa perspectiva crítica na formação de Sanitaristas para a gestão em saúde coletiva.** Estudos de Administração e Sociedade v. 1, n.1 (2016) p. 29-41.

WOOD JR, T., PAES DE PAULA, A. P. **A mídia especializada e a cultura do management.** O&S, v. 13, n. 38, jul./set. 2006.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE DOCENTES E COORDENADORES

TRAJETÓRIA DO DOCENTE

1. Conte-me sobre sua trajetória acadêmica (onde se formou, onde fez mestrado ou especialização, quem são seus professores de referência, em que universidades, onde deu aula, onde trabalhou fora da academia).
2. Quando começou a trabalhar no curso de Administração?

PERCEPÇÃO DO DOCENTE

3. Que disciplinas você lecionou e leciona?
Se lecionou outras – entre estas disciplinas quais você acha mais importantes? E quais você gosta mais de trabalhar e por quê?
4. Como você percebe a importância das Teorias Organizacionais no ensino da Administração?
5. Que relação o ensino das Teorias Organizacionais possuem com a formação profissional do administrador no seu ponto de vista?

CONTEÚDO

6. Como você organiza a disciplina quando leciona Teorias Organizacionais?
7. Que conteúdos o senhor/a acha mais importantes e em que sequência os leciona? Por quê?
8. Como você ministra os conteúdos, usa textos, apostila, aula ou outros recursos?
9. Se usa textos, que textos usa?
10. Por que usa estes textos?
11. E os outros recursos, por que os usa?
12. Você usa os textos dos autores que escreveram as teorias ou usa textos de autores que explicam os originais?
Se usa originais, por quê?
Se usa comentadores, quais e por quê?
13. Você realiza alguma mudança no seu plano de aula a cada turma? Baseado em quê?

Se o professor não mencionou teorias críticas ou autores críticos:

14. O senhor já ouviu falar de teoria crítica na administração? (Pergunta válida somente se as respostas anteriores não abordarem teorias críticas e Teóricos críticos).
15. Você não os utiliza no ensino de TO, pode me dizer por quê?

Se o professor mencionou teorias críticas ou autores críticos:

14. Percebi que o senhor utiliza alguns autores críticos e aborda teorias críticas. Por que fez esta seleção?
15. Como o senhor entrou em contato com estes autores/teorias?
16. Como os alunos os recebem?

APÊNDICE B -ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE ALUNOS

TRAJETÓRIA DO ALUNO

1. Conte-me sobre sua trajetória acadêmica.
2. Por qual motivo escolheu cursar Administração?

PERCEPÇÃO DO ALUNO

3. Você já teve disciplinas de Teorias Organizacionais?
4. Como ela foi ministrada?
5. O que você estudou e/ou se lembra da disciplina?
6. Você gostava da disciplina? Você se saiu bem na disciplina?
7. Quem era o professor da disciplina?
8. Há quanto tempo fez a disciplina?
9. Como você percebe a importância das Teorias Organizacionais no ensino da Administração?
10. Na sua opinião qual a relação entre o ensino das Teorias Organizacionais e a formação profissional do administrador?
11. Dentro das Teorias Organizacionais você já teve contato com as Teorias Críticas da Administração?
12. Se teve, como foi a discussão em sala de aula? Você se lembra dos autores? Você gostou dos autores? Isto acrescentou algo à sua formação? O quê?
13. Se não teve: você sabe o que é Teorias Críticas no ensino de Administração? Você acha importante? Por quê?

CONTEÚDO

14. O que você acha dos temas que viu na disciplina? São suficientes? São importantes? Você acrescentaria alguma coisa? Por quê?
15. Você sabe de outros cursos onde a disciplina é dada de forma diferente? Como você compara com a sua?
16. Quanto aos autor(es)/bibliografias que são utilizados no ensino de Teorias Organizacionais, qual sua opinião em relação a eles?

17. Qual a contribuição deste ensino para sua formação?